

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N° 01/2011

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os autos dos Processos Administrativos nº 48996432 e nº 50448552, torna público que realizará, através do Instituto Nacional de Educação Cetro – INEC, Concurso Público para provimento de 75 (setenta e cinco) vagas dos cargos do quadro permanente de servidores do INCAPER, instituído pela Lei Complementar nº 244 de 27/06/2002, publicada no Diário Oficial em 28/06/2002 e suas alterações, Lei Complementar nº 342 de 14/12/2005, publicada no Diário Oficial em 15/12/2005, Lei Complementar nº 442 de 20/06/2008, publicada no Diário Oficial em 23/06/2008 e suas alterações, e regido pela Lei Complementar nº 46 de 31 de janeiro de 1994 e suas alterações, bem como para formação de cadastro de reserva, para seu quadro de pessoal, observados os termos da legislação vigente.

O Concurso Público reger-se-á pelas disposições contidas nas Instruções Especiais, que ficam fazendo parte integrante deste Edital e seus anexos.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas, pelo Regime Jurídico Único, nos cargos atualmente vagos e dos que vagarem, bem como para formação de cadastro de reserva, dentro do prazo de validade de 02 (dois) anos, prorrogável uma única vez, por igual período, a contar da data da homologação do certame, a critério do INCAPER.

1.1.1. Por cadastro de reserva entenda-se o conjunto de candidatos aprovados e relacionados na listagem que contém o resultado final do certame. O cadastro de reserva somente será aproveitado mediante a abertura de novas vagas, ou substituições, observado o prazo de validade do presente Concurso Público.

1.1.2. Todo o processo de execução deste Concurso Público, com as informações pertinentes, estará disponível no portal do Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br).

1.1.3. Todos os atos oficiais relativos ao Concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e nos endereços eletrônicos www.institutocetro.org.br e www.incaper.es.gov.br.

1.2. Os grupos ocupacionais/cargos, a remuneração por subsídio, a jornada de trabalho, o código, a formação/função, o requisito mínimo exigido, a quantidade de vagas, a quantidade de vagas reservadas aos candidatos com deficiência e a Taxa de Inscrição são os estabelecidos na Tabela I, especificada no item 1.4.

1.2.1. Os candidatos aprovados e empossados submeter-se-ão ao estágio probatório, conforme Lei Complementar nº 46/1994 e suas alterações.

1.2.2. O candidato aprovado atuará em qualquer município ou região do Estado do Espírito Santo, conforme necessidade do INCAPER.

1.2.3. Os candidatos aprovados que vierem a ingressar no Quadro de Pessoal do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER pertencerão ao regime jurídico único e reger-se-ão pelas disposições da Lei Complementar nº 46 de 31/01/1994, publicada no Diário Oficial em 31/01/1994 e suas alterações e Lei Complementar nº 442 de 20/06/2008, publicada no Diário Oficial em 23/06/2008 e suas alterações, bem como pelas demais normas legais.

1.2.4. Os aprovados e nomeados para prover cargos deste Concurso cumprirão jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

1.2.5. O número de vagas ofertadas no Concurso Público poderá ser ampliado durante o prazo de validade do Certame, desde que haja dotação orçamentária própria disponível e vagas em aberto aprovadas por lei.

1.3. Todas as etapas constantes neste Edital serão realizadas observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

1.4. Os grupos ocupacionais/cargos, a remuneração por subsídio, a jornada de trabalho, o código, a formação/função, o requisito mínimo exigido, a quantidade de vagas, a quantidade de vagas reservadas aos candidatos com deficiência e a Taxa de Inscrição são os estabelecidos na Tabela I, especificada abaixo:

TABELA I

GRUPO OCUPACIONAL / CARGO: SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL / TÉCNICO DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL					
REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO: R\$ 1.089,25 – JORNADA DE TRABALHO: 40h SEMANAIS					
CÓDIGO	FORMAÇÃO/FUNÇÃO	REQUISITO	QT. VAGAS	VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	TAXA DE INSCRIÇÃO
101	Técnico de Laboratório	Certificado de conclusão ou diploma do Ensino Médio Técnico em Laboratório e registro no respectivo órgão de Classe, se houver.	9 + CR	1	R\$ 40,00
102	Técnico de Informática	Certificado de conclusão ou diploma do Ensino Médio Técnico em Informática e registro no respectivo órgão de Classe, se houver.	4 + CR	--	
103	Técnico de Administração	Certificado de conclusão ou diploma do Ensino Médio Técnico em Administração e registro no respectivo órgão de Classe, se houver.	4 + CR	1	
104	Técnico de Contabilidade	Certificado de conclusão ou diploma do Ensino Médio Técnico em Contabilidade e registro no respectivo órgão de Classe, se houver.	2 + CR	--	

GRUPO OCUPACIONAL / CARGO: DESENVOLVIMENTO RURAL / TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO RURAL					
REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO: R\$ 2.063,83 – JORNADA DE TRABALHO: 40h SEMANAIS					
CÓDIGO	FORMAÇÃO/FUNÇÃO	REQUISITO	QT. VAGAS	VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	TAXA DE INSCRIÇÃO
201	Técnico em Agropecuária (Técnico Agrícola)	Certificado de conclusão ou diploma do Ensino Médio Técnico em Agropecuária e Registro no respectivo Órgão de Classe.	14 + CR	1	R\$ 60,00

GRUPO OCUPACIONAL / CARGO: SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL / AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL					
REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO: R\$ 4.127,67 – JORNADA DE TRABALHO: 40h SEMANAIS					
CÓDIGO	FORMAÇÃO/FUNÇÃO	REQUISITO	QT. VAGAS	VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	TAXA DE INSCRIÇÃO
301	Advogado	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Direito e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	R\$ 80,00
302	Administrador	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Administração e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
303	Assistente Social	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Serviço Social e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
304	Bibliotecário	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Biblioteconomia e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
305	Comunicação Social (Jornalismo)	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Comunicação Social – com ênfase em Jornalismo e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
306	Contador	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Ciências Contábeis, e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
307	Desenho Industrial	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Desenho Industrial e	1 + CR	--	

GRUPO OCUPACIONAL / CARGO: SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL / AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL					
REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO: R\$ 4.127,67 – JORNADA DE TRABALHO: 40h SEMANAIS					
CÓDIGO	FORMAÇÃO/FUNÇÃO	REQUISITO	QT. VAGAS	VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	TAXA DE INSCRIÇÃO
		registro no respectivo Órgão de Classe.			
308	Informática em Administração de Banco de Dados	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área de Tecnologia da Informação e registro no respectivo Órgão de Classe, se houver.	1 + CR	--	
309	Informática em Infraestrutura	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área de Tecnologia da Informação e registro no respectivo Órgão de Classe, se houver.	1 + CR	--	
310	Informática em Sistemas	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área da Tecnologia de Informação e registro no respectivo Órgão de Classe, se houver.	1 + CR	--	
311	Planejamento	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior bacharelado em qualquer área de formação, e registro no respectivo Órgão de Classe, se houver.	1 + CR	--	
312	Revisor de texto com habilitação em Português / Inglês	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior, bacharelado em Letras, e registro no respectivo Órgão de Classe, se houver.	1 + CR	--	

GRUPO OCUPACIONAL / CARGO: DESENVOLVIMENTO RURAL / AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (Extensão)					
REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO: R\$ 4.127,67 – JORNADA DE TRABALHO: 40h SEMANAIS					
CÓDIGO	FORMAÇÃO/FUNÇÃO	REQUISITO	QT. VAGAS	VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	TAXA DE INSCRIÇÃO
401	Engenheiro Agrônomo	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de	8 + CR	1	R\$ 80,00

GRUPO OCUPACIONAL / CARGO: DESENVOLVIMENTO RURAL / AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (Extensão) REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO: R\$ 4.127,67 – JORNADA DE TRABALHO: 40h SEMANAIS					
CÓDIGO	FORMAÇÃO/FUNÇÃO	REQUISITO	QT. VAGAS	VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	TAXA DE INSCRIÇÃO
		graduação de nível superior, bacharelado em Engenharia Agrônoma e registro no respectivo Órgão de Classe.			
402	Engenheiro Florestal	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Engenharia Florestal e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
403	Engenheiro de Alimentos	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Engenharia de Alimentos e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
404	Economista Doméstico	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Economia Doméstica e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
405	Engenheiro de Pesca	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Engenharia de Pesca e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
406	Zootecnia/ Pecuária	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Zootecnia e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
407	Zootecnia/ Aquicultura	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Zootecnia e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	

GRUPO OCUPACIONAL / CARGO: DESENVOLVIMENTO RURAL / AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (Pesquisa) REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO: R\$ 4.127,67 – JORNADA DE TRABALHO: 40h SEMANAIS					
CÓDIGO	FORMAÇÃO/FUNÇÃO	REQUISITO	QT. VAGAS	VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	TAXA DE INSCRIÇÃO
501	Fitopatologia	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área de Ciências Agrárias e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	R\$ 80,00
502	Zootecnia	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior bacharelado em Zootecnia e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
503	Cultura de Tecidos /Biotecnologia	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado nas áreas de Ciências Agrárias, ou Biológicas e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
504	Entomologia	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área de Ciências Agrárias e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
505	Fitotecnia (Manejo Olerícolas)	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área de Ciências Agrárias e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
506	Fitotecnia (Manejo Fruteiras)	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área de Ciências Agrárias e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
507	Fitotecnia Geral	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área de Ciências Agrárias e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	

GRUPO OCUPACIONAL / CARGO: DESENVOLVIMENTO RURAL / AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (Pesquisa) REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO: R\$ 4.127,67 – JORNADA DE TRABALHO: 40h SEMANAIS					
CÓDIGO	FORMAÇÃO/FUNÇÃO	REQUISITO	QT. VAGAS	VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	TAXA DE INSCRIÇÃO
508	Física do Solo	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área de Ciências Agrárias e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
509	Sócio Economia	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado nas áreas de Ciências Agrárias, ou Sociais, ou Econômicas e registro no respectivo Órgão de Classe, se houver.	1 + CR	--	
510	Silvicultura / Manejo Florestal / SAF	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área de Ciências Agrárias, e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
511	Recursos Naturais (Manejo)	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área de Ciências Agrárias e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
512	Melhoramento Genético Plantas	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado nas áreas de Ciências Agrárias, ou Biológica e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
513	Estatística e Métodos Quantitativos em P&D	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado nas áreas de Ciências Agrárias, ou Exatas, ou Biológicas e registro no respectivo Órgão de Classe, se houver.	1 + CR	--	
514	Sistema Geográfico de Informações – GIS	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível	1 + CR	--	

GRUPO OCUPACIONAL / CARGO: DESENVOLVIMENTO RURAL / AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (Pesquisa) REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO: R\$ 4.127,67 – JORNADA DE TRABALHO: 40h SEMANAIS					
CÓDIGO	FORMAÇÃO/FUNÇÃO	REQUISITO	QT. VAGAS	VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	TAXA DE INSCRIÇÃO
		superior, bacharelado nas áreas de Ciências Agrárias ou Exatas e registro no respectivo Órgão de Classe.			
515	Climatologia / Meteorologista	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado em Meteorologia e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	
516	Recursos Hídricos	Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado na área de Ciências Agrárias e registro no respectivo Órgão de Classe.	1 + CR	--	

1.5. Haverá reserva para Pessoas com Deficiência para as formações/funções 101 – Técnico de Laboratório, 103 – Técnico de Administração, 201 – Técnico em Agropecuária e 401 – Engenheiro Agrônomo.

II – DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

2.1. Os requisitos básicos para investidura nos grupos ocupacionais/cargos/função/formação são as especificadas a seguir:

- 2.1.1. cumprir na íntegra as determinações previstas no Edital de abertura do Concurso Público;
- 2.1.2. ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;
- 2.1.3. ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, amparada pelo Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, conforme disposto nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal, e do Decreto Federal nº 72.436/72;
- 2.1.4. ter, na data de nomeação, idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
- 2.1.5. no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;
- 2.1.6. estar quite com a Justiça Eleitoral;
- 2.1.7. ter aptidão física e mental para o exercício do cargo;
- 2.1.8. ter Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria B.
- 2.1.9. atender às condições especiais previstas em lei para determinadas carreiras;
- 2.1.10. possuir os REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS para o cargo conforme especificado na Tabela I, constante do Capítulo I – Das Disposições Preliminares;
- 2.1.11. Não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo ou emprego público.

III – DAS INSCRIÇÕES

3.1. Somente será admitida inscrição via Internet, no endereço eletrônico do Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br), no período de **17 de outubro a 04 de novembro de 2011**, iniciando-se

às **10h do dia 17/10/2011**, e encerrando-se, impreterivelmente, às **18h do dia 04/11/2011**, observado o horário oficial de Brasília/DF e os itens estabelecidos no Capítulo II – Dos Requisitos Básicos para Investidura no Cargo e no cronograma datas prováveis no **ANEXO V**.

3.2. O candidato que desejar realizar sua inscrição deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária, com vencimento para o dia **07 de novembro de 2011**, que estará disponível no endereço eletrônico do Instituto Cetro, até as 12 (doze) horas do dia 07 de novembro de 2011 e deverá ser impresso para o pagamento da taxa de inscrição, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.

3.3. Não serão aceitas inscrições pagas por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile, transferência ou depósito em conta corrente, agendamento, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por quaisquer outras vias que não as especificadas neste Edital.

3.4. Não será concedida ISENÇÃO total ou parcial de taxa de inscrição, com exceção dos candidatos amparados pela Lei Estadual nº 9.652, de 28 de abril de 2011. Os pedidos de isenção serão recebidos no período de **17 a 21 de outubro de 2011**, conforme estabelecido no Capítulo IV deste Edital.

3.4.1. Não serão aceitos pedidos de isenção fora do prazo estabelecido no item 3.4.

3.5. Não haverá restituição do valor da taxa de inscrição em hipótese alguma.

3.6. As inscrições somente serão acatadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição na rede bancária, conforme disposto no item 3.2. deste Edital.

3.6.1. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de Formação/Função, sob hipótese alguma, portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve verificar atentamente o código preenchido.

3.6.2. O candidato poderá se inscrever em mais de um Cargo, verificando atentamente antes de efetuar a sua inscrição, o período de realização das provas estabelecidas no Capítulo VII.

3.6.2.1. Em caso de mais de uma inscrição, segundo item 3.6.2., deste Capítulo, e constatada coincidência na data e horário de realização das provas, o candidato deverá optar por uma das inscrições realizadas, sendo considerado para todos os efeitos, ausente nas demais.

3.6.2.2. Na ocorrência de fatos previstos no item 3.6.2.1. deverá o candidato, para realização das provas, respeitar o local em que fora previamente alocado pelo Edital de convocação para as provas, segundo sua opção de inscrição, não sendo permitido realizá-las fora do local designado sob nenhuma hipótese.

3.6.3. As informações prestadas na ficha de inscrição e na ficha de solicitação de isenção são de inteira responsabilidade do candidato. O não preenchimento dos dados corretamente implica o cancelamento da inscrição.

3.6.4. A inscrição implicará a completa ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais não se poderá alegar desconhecimento.

3.7. O candidato que não tenha deficiência e necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la por escrito, até o encerramento das inscrições, **04 de novembro de 2011**, via SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR), ao **Instituto Cetro**, aos cuidados do Departamento de Concursos, **REF. INCAPER – CONDIÇÃO ESPECIAL**, localizado na Rua Frei Caneca, 1407 – 9º andar – Conjunto 919 – Consolação – CEP: 01307-003 – São Paulo/SP, informando quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.)

3.7.1. Após esse período, a solicitação será indeferida.

3.7.2. A candidata que tiver a necessidade de amamentar, durante a realização das provas, deverá levar um acompanhante, sendo esta indicação de sua inteira responsabilidade, cuja pessoa deverá possuir maioria legal e permanecer em sala reservada para essa finalidade, sendo responsável pela guarda da criança.

3.7.3. Durante o período em que a candidata estiver amamentando, ela deverá permanecer no local designado pela Coordenação para este fim e, ainda, na presença de um fiscal, respeitando todas as demais normas estabelecidas neste Edital.

3.7.3.1. O acompanhante que ficará responsável pela criança também deverá permanecer no local designado pela Coordenação, e se submeterá a todas as normas constantes deste Edital, inclusive no tocante ao uso de equipamento eletrônico e celular.

3.7.3.1.1. O acompanhante que ficará responsável pela criança deverá apresentar a versão original um dos documentos previstos na alínea “b” do item 7.3., para ter acesso às dependências do colégio. O acompanhante que não apresentar um dos documentos previstos no item 7.3. não terá seu acesso permitido ao local de prova.

3.7.3.2. A candidata, nesta condição, que não levar acompanhante não realizará as provas.

3.7.3.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.7.4. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.8. O candidato deverá obrigatoriamente indicar, no ato da inscrição, o código do cargo, conforme item 1.4., Tabela I, bem como endereço completo e correto, inclusive com a indicação do CEP.

3.8.1. As provas Objetivas, Discursivas e a Entrega dos Títulos serão realizadas na cidade de **Vitória/ES**.

3.8.2. O Edital de Convocação para as provas, que constará a relação dos candidatos que realizarão as provas, será divulgado no endereço eletrônico do Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br) na data provável de 25 de novembro de 2011.

3.9. Os candidatos inscritos **NÃO** deverão enviar cópia de documento de identidade, sendo de responsabilidade exclusiva dos candidatos os dados cadastrais informados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

3.9.1. Os candidatos que se enquadram nas condições previstas no Capítulo V deste Edital deverão encaminhar os documentos solicitados.

3.10. O **Instituto Cetro** e o **INCAPER** não se responsabilizam por solicitação de inscrição via Internet não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.11. A partir do dia **16 de novembro de 2011**, o candidato deverá conferir, no endereço eletrônico do **Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br)**, se os dados da inscrição efetuada via Internet foram recebidos, e se o valor da inscrição foi pago. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC do **Instituto Cetro**, (11) 3146-2777, para verificar o ocorrido, no horário das 8h às 19h (horário oficial de Brasília/DF), exceto sábados, domingos e feriados.

3.12. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

IV – DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

4.1. Os candidatos amparados pela Lei Estadual Nº 9.652 de 28 de abril de 2011, poderão realizar, no período de **17 a 21 de outubro de 2011**, seu pedido de isenção da taxa de inscrição.

4.1.1. O pedido de isenção a que se refere o item 4.1, acima, será possibilitado ao candidato que, concomitantemente:

4.1.1.1. estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

4.1.1.2. for membro de família de baixa renda, nos termos da regulamentação do Governo Federal para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; e

4.1.1.3. não tiver utilizado da isenção prevista na Lei Nº 9.652 mais de 3 (três) vezes no exercício corrente.

4.1.2. No caso descrito nos subitens 4.1.1., 4.1.1.1., 4.1.1.2. e 4.1.1.3., o candidato deverá imprimir o requerimento de isenção, que ficará disponível na ficha de inscrição no endereço eletrônico do Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br), preencher corretamente, assinar a declaração, segundo a qual, sob as penas da lei, assumirá conhecer as exigências contidas no presente Edital e estar de acordo com elas.

4.1.2.1. A declaração a ser assinada, de que trata o subitem 4.1.2., deverá conter ainda:

a) indicação do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; e

b) declaração de que atende às condições estabelecidas nos subitens 4.1.1.2. e 4.1.1.3. deste Edital.

4.1.3. O requerimento de isenção e a documentação requisitada nos subitens acima deverão ser encaminhados durante o período das isenções (de 17 a 21 de outubro de 2011), via SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR), ao Instituto Cetro, aos cuidados do Departamento de Planejamento de Concursos, identificando no envelope “**INCAPER – 01/2011 – Ref.: Solicitação de Isenção**”, localizado na Rua Frei Caneca, 1407 – 9º andar – Conjunto 919 – Consolação – CEP: 01307-003 – São Paulo/SP.

4.1.3.1. Para fins de isenção, será considerada a data de postagem da correspondência.

4.2. Será considerada nula a isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e/ou apresentar informações inverídicas;

b) fraudar e/ou falsificar documentação;

c) postar a documentação constante dos subitens 4.1.3 e 4.1.3.1. fora do prazo estabelecido.

4.2.1. Para os casos mencionados nas alíneas “a” e “b” acima, o candidato terá sua situação informada à autoridade policial competente para as providências cabíveis, podendo ser excluído do Concurso Público, conforme parágrafo 3º do Artigo 1º, da Lei nº 9.652.

4.2.2. Não será concedida isenção de taxa de inscrição ao candidato que:

a) pleitear a isenção sem apresentar o requerimento previsto no subitem 4.1.3. deste Edital;

b) não observar o período e a forma de envio para a solicitação de isenção;

c) não preencher completamente os campos constantes da solicitação de isenção;

d) não comprovar, através do requerimento enviado, as condições concomitantes previstas nos subitens 4.1.1.1., 4.1.1.2 e 4.1.1.3.

4.3. Não será aceita solicitação de isenção de taxa de inscrição via fax e/ou via correio eletrônico ou pessoalmente ou por procuração.

4.3.1. O envio da documentação de isenção, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Instituto Cetro não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada ao seu destino.

4.4. Não será permitida, após o período de solicitação de isenção de taxa de inscrição, complementação, substituição, bem como revisão da documentação.

4.5. Ao término da apreciação dos requerimentos de isenção do pagamento da taxa de inscrição e dos respectivos documentos, o Instituto Cetro divulgará no endereço eletrônico www.institutocetro.org.br, a partir da data provável **de 31 de outubro de 2011**, a listagem contendo o resultado da apreciação dos pedidos de isenção de taxa de inscrição.

4.5.1. O candidato, cujo pedido de isenção do pagamento do valor da taxa inscrição for **deferido**, deverá realizar sua confirmação de inscrição nos dias **01 a 04 de novembro de 2011**, no site do Instituto Cetro, como única forma de garantir sua participação no concurso. Ao acessar o site, além de confirmar a inscrição, o candidato obterá a informação do deferimento ao pedido de isenção do

pagamento do valor de inscrição. Neste caso não será gerado o boleto bancário, apenas comprovante da sua inscrição.

4.5.2. Caso queiram participar do Concurso Público, os candidatos que tiveram **indeferido** o pedido de isenção do valor da taxa de inscrição deverão gerar boleto bancário com o valor integral da inscrição através do endereço eletrônico do Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br). O boleto bancário poderá ser impresso no período de **01 de novembro até as 12h do dia 07 de novembro de 2011** e quitado até o dia **07 de novembro de 2011**, data limite para o pagamento da inscrição.

4.5.2.1. O candidato que não efetivar sua inscrição por meio do pagamento do boleto bancário não participará do certame.

4.5.3. Será invalidada a solicitação de isenção do valor do pagamento da taxa de inscrição do candidato que:

- a) não confirmar a sua inscrição conforme o item 4.5.1.;
- b) deixar de efetuar o pedido de isenção de pagamento do valor da taxa de inscrição pela Internet;
- c) solicitar a isenção sem apresentar o requerimento previsto nos subitens 4.1.3. e 4.1.3.1.;
- d) enviar a documentação fora do prazo de postagem, previsto no subitem 4.1.3.

4.5.4. Será excluído do Concurso Público o candidato que não efetivar sua inscrição após a análise do pedido de isenção do pagamento.

4.6. O boleto bancário poderá ser pago em toda a rede bancária, com vencimento para o dia **07 de novembro de 2011**, após a data de encerramento do período de inscrição.

4.7. O interessado que não tiver seu pedido de isenção do valor da taxa de inscrição deferido e que não efetuar a inscrição na forma estabelecida no item 4.5. e subitens 4.5.1. e 4.5.2. deste Edital não terá sua inscrição efetivada.

V – DA INSCRIÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, desde que as atribuições do Cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004, e nos termos do presente edital, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso Público.

5.2. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.

5.3. Ao ser nomeado, o candidato deverá submeter-se à Perícia Médica do Estado do Espírito Santo, promovida por equipe multiprofissional formada por seis profissionais, a ser realizada em **Vitória/ES**, sob a responsabilidade do Incaper, que confirmará de modo definitivo o enquadramento de sua situação como deficiência e a compatibilidade com o Cargo pretendido, conforme artigo 43 do Decreto 3.298.

5.3.1. Será eliminado da lista de deficientes o candidato cuja deficiência, assinalada na ficha de inscrição, não se constate, devendo este constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.

5.3.2. Será eliminado do Concurso Público, o candidato cuja deficiência assinalada na ficha de inscrição seja incompatível com o Cargo pretendido.

5.4. A análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho do candidato com deficiência obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, artigos 43 e 44, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.

5.5. As pessoas com deficiência participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

5.6. No ato da inscrição, o candidato com deficiência que necessite de condição especial para realização das provas deverá requerê-lo, informando quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, prova braile, ampliada, intérprete de LIBRAS, auxílio de leitor etc.).

5.7. O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização da prova deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer médico, emitido por especialista da área de sua deficiência.

5.8. O candidato inscrito como deficiente deverá especificar, na Ficha de Inscrição, a sua deficiência.

5.8.1. Durante o período das inscrições, ou seja, de **17 de outubro a 04 de novembro de 2011**, o candidato deverá encaminhar, via SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR), ao Instituto Cetro, aos cuidados do Departamento de Planejamento de Concursos, localizado na Rua Frei Caneca, 1407 – 9º andar – Conjunto 919 – Consolação – CEP: 01307-003 – São Paulo/SP, identificando o nome do Concurso, no envelope: **“INCAPER – Ref. LAUDO MÉDICO E SOLICITAÇÃO DE PROVA ESPECIAL”** ou **“INCAPER – Ref. SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL”**, os documentos a seguir:

5.8.1.1. Laudo médico, comprovando a deficiência do candidato, contendo o nome completo do candidato, nome e carimbo com o CRM do médico, o Cargo (formação/função) e o nome do Concurso Público para o qual está concorrendo;

5.8.1.2. O Requerimento contendo a indicação da condição especial e os recursos necessários para a realização da prova, quando for o caso.

5.9. O candidato que não atender, dentro do prazo do período das inscrições, aos dispositivos mencionados nos itens 5.6, 5.7 e 5.8 e seus subitens não terá a condição especial atendida ou não será considerado deficiente, seja qual for o motivo alegado.

5.10. As vagas definidas no item 5.1 que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público ou por não enquadramento como deficiente na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

5.11. Os candidatos que no ato da inscrição se declararem deficientes, se aprovados no Concurso Público, terão seus nomes publicados na lista geral dos aprovados e em lista à parte.

VI – DAS PROVAS

6.1. O Concurso Público constará das seguintes provas e respectivo número de questões:

NÍVEL – MÉDIO/ TÉCNICO			
Cargos (Todas as Formações/Funções)	Tipo de Prova	Conteúdo	Nº de Itens
Técnico de Suporte em Desenvolvimento Rural (Técnico de Laboratório, Técnico de Informática, Técnico de Administração, Técnico de Contabilidade)	Objetiva	Língua Portuguesa	10
		Informática	06
		Realidade social, econômica e ambiental do Espírito Santo	06
		Conhecimentos Específicos	18

Técnico de Desenvolvimento Rural (Técnico em Agropecuária (Técnico Agrícola))	Objetiva	Língua Portuguesa	10
		Informática	06
		Realidade social, econômica e ambiental do Espírito Santo	06
		Conhecimentos Específicos	18
	Discursiva	Conhecimentos Específicos	1

NÍVEL – SUPERIOR			
Cargos (Todas as Formações/Funções)	Tipo de Prova	Conteúdo	Nº de Itens
Agente de Suporte em Desenvolvimento Rural (Advogado, Administrador, Assistente Social, Bibliotecário, Comunicação Social (Jornalismo), Contador, Desenho Industrial, Informática em Administração de Banco de Dados, Informática em Infraestrutura, Informática em Sistemas, Planejamento, Revisor de texto com habilitação em Português / Inglês)	Objetiva	Língua Portuguesa	12
		Informática	06
		Realidade social, econômica e ambiental do Espírito Santo	06
		Conhecimentos Específicos	26
Agente de Desenvolvimento Rural (Extensão) (Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro de Alimentos, Economista Doméstico, Engenheiro de Pesca, Zootecnia / Pecuária, Zootecnia / Aqüicultura)			
Agente de Desenvolvimento Rural (Pesquisa) (Fitopatologia, Zootecnia, Cultura de Tecidos / Biotecnologia, Entomologia, Fitotecnia (Manejo Olerícolas), Fitotecnia (Manejo Fruteiras), Fitotecnia Geral, Física do Solo, Sócio Economia, Silvicultura / Manejo Florestal / SAF, Recursos Naturais (Manejo), Melhoramento Genético Plantas, Estatística e Métodos Quantitativos em P&D, Sistema Geográfico de Informações – GIS, Climatologia / Meteorologista, Recursos Hídricos)	Discursiva	Conhecimentos Específicos	1

6.1.1. A Prova Discursiva não será aplicada para o cargo de Técnico de Suporte em Desenvolvimento Rural, formações/funções de Técnico de Laboratório, Técnico de Informática, Técnico de Administração e Técnico de Contabilidade.

6.2. As Provas Objetivas constarão de questões objetivas de múltipla escolha, terão uma única resposta correta e versarão sobre os programas contidos no **ANEXO I** deste Edital e serão de caráter eliminatório e classificatório.

6.3. As Provas Discursivas constarão do desenvolvimento de tema referente aos conhecimentos do Cargo e serão elaboradas de acordo com o programa de Conhecimentos Específicos contido no **ANEXO I** deste Edital, e serão de caráter eliminatório e classificatório.

6.4. As referidas provas (Objetiva e Discursiva) serão avaliadas conforme os critérios estabelecidos nos Capítulos VIII e IX, deste Edital.

6.5. A Avaliação de Títulos constará da avaliação dos documentos apresentados pelos candidatos, conforme disposto no Capítulo X – Da prova de Títulos e será de caráter classificatório.

VII – DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS

7.1. As Provas serão realizadas na cidade de Vitória/ES na data prevista de **04 de dezembro de 2011**, em locais e horários a serem comunicados oportunamente no Edital de Convocação para as Provas Objetivas, Discursivas e Entrega de Títulos a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e pela Internet nos endereços eletrônicos do Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br) e do INCAPER (www.incaper.es.gov.br), observado o horário oficial de Brasília/DF.

7.1.1. Ao candidato só será permitida a participação nas provas na respectiva data, horário e local constante no Edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e no endereço eletrônico do Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br).

7.1.2. Não será permitida, em hipótese alguma, realização das provas em outro dia, horário ou fora do local designado.

7.2. Os eventuais erros de digitação de nome, número de documento de identidade, sexo, data de nascimento etc. deverão ser corrigidos somente no dia das respectivas provas em formulário específico.

7.2.1. Caso haja inexatidão em informação relativa à opção de Cargo (Formação/Função), o candidato deverá entrar em contato com o SAC – Serviço de Atendimento ao Candidato – do **Instituto Cetro**, antes da realização das provas, pelo telefone (11) 3146-2777, no horário das 08h às 19h (horário oficial de Brasília/DF), exceto aos sábados, domingos e feriados.

7.2.1.1. Só será procedida a alteração de Cargo (Formação/Função) na hipótese em que o dado expresso pelo candidato em sua ficha de inscrição tenha sido registrado erroneamente para as Listas.

7.2.1.2. Caso o erro constatado tenha sido motivado por preenchimento incorreto por parte do candidato, não será efetuada a correção, sob hipótese alguma.

7.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência **mínima de 60 (sessenta) minutos**, munido de:

a) Comprovante de inscrição;

b) Original de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou Cédula de Identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal valem como documento de identidade (CRQ, OAB, CRC, CRA, CRFa etc.) e Carteira Nacional de Habilitação – CNH (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97).

c) Caneta esferográfica de tinta preta ou azul, lápis preto nº 2 e borracha macia.

7.3.1. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

7.3.2. O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identidade.

7.3.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

7.3.3.1. A identificação especial também será exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.

7.3.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, tampouco protocolos ou cópias dos documentos exigidos.

7.3.5. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

7.4. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

7.5. No dia da realização das provas, na hipótese de o candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o **Instituto Cetro** procederá à inclusão do referido candidato por meio de preenchimento de formulário específico, mediante a apresentação do comprovante de inscrição, e de um dos documentos, em sua via original, indicados na alínea “b” do item 7.3.

7.5.1. A inclusão de que trata o item 7.5. será realizada de forma condicional e será confirmada pelo **Instituto Cetro** na fase de julgamento das provas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.

7.5.2. Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item 7.5., esta será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

7.6. No dia da realização das provas, não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer no local de exame com armas ou utilizar aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, telefone celular, walkman, scanner, MP3 player, relógio digital, relógio com banco de dados e outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares, sendo que o descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.

7.6.1. O candidato que estiver portando equipamento eletrônico, como os indicados no item 7.6., deverá desligá-lo, permanecendo nesta condição até a saída do candidato do local de realização das provas, sendo que o **Instituto Cetro** não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

7.6.2. Na ocorrência do funcionamento de qualquer tipo de equipamento eletrônico durante a realização das Provas Objetiva e Discursiva, o candidato será automaticamente eliminado do Concurso.

7.7. Durante a realização das Provas, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

7.8. Não será admitido, durante as provas, o uso de boné, lenço, chapéu, gorro ou qualquer outro acessório que cubra as orelhas do candidato.

7.8.1. Os candidatos que tiverem cabelos compridos deverão comparecer às provas de cabelos presos.

7.9. Quanto à Prova Objetiva:

7.9.1. Para a realização das Provas Objetivas, o candidato lerá as questões no caderno de questões e marcará suas respostas na Folha de Respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A Folha de Respostas é o único documento válido para correção.

7.9.1.1. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta, emendas ou rasuras, ainda que legível.

7.9.1.2. Não deverá ser feita nenhuma marca ou assinatura fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

7.10. Quanto à Prova Discursiva:

7.10.1. As Provas Discursivas serão realizadas no mesmo dia da Prova Objetiva.

7.10.2. Para a realização da Prova Discursiva, o candidato receberá caderno específico, no qual redigirá com caneta de tinta azul ou preta. A Prova Discursiva deverá ser escrita à mão, em letra

legível, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do **Instituto Cetro**, devidamente treinado, ao qual deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de acentuação e pontuação.

7.10.3. A Prova Discursiva constará de uma situação formulada pela banca examinadora, um texto dissertativo a respeito de um problema apresentado que versará sobre um dos temas de conhecimento relacionados a cada especialidade.

7.10.4. A Prova Discursiva não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho das folhas de textos definitivos, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da Prova Discursiva implicando na eliminação do candidato.

7.10.5. O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho são de preenchimento facultativo, e não valem para finalidade de avaliação.

7.11. As Provas Objetiva e Discursiva terão tempo total para sua realização de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo para preenchimento da Folha de Respostas das Provas Objetiva e Discursiva, e serão realizadas no período da manhã.

7.12. Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **2 (duas) horas** do seu início.

7.13. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões nos últimos **60 (sessenta) minutos** que antecedem o término do horário estabelecido para o fim das Provas Objetiva e Discursiva, desde que o candidato permaneça em sala até esse momento.

7.14. As Folhas de Respostas dos candidatos serão personalizadas, impossibilitando a substituição.

7.15. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal as folhas de respostas das Provas Objetiva e Discursiva.

7.15.1. O candidato, ao terminar a Prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como, não poderá utilizar os banheiros.

7.16. **Será automaticamente excluído do Concurso Público o candidato que:**

7.16.1. Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados.

7.16.2. Não apresentar o documento de identidade exigido no item 7.3., alínea “b”, deste Capítulo.

7.16.3. Não comparecer à realização da Prova, seja qual for o motivo alegado.

7.16.4. Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no item 7.12.

7.16.5. For surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, que não seja o fiscal de prova, por meio verbal, escrito ou por qualquer outro modo de comunicação, ou utilizando livros, notas, impressos não permitidos ou calculadoras.

7.16.6. For surpreendido portando e/ou utilizando agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, telefone celular, walkman, scanner, MP3 Player, calculadora, relógios digitais, relógios com banco de dados e/ou outros equipamentos similares.

7.16.7. Lançar mão de meios ilícitos para executar as provas.

7.16.8. Não devolver a Folha de Respostas, cedida para realização das provas.

7.16.9. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou agir com descortesia em relação a qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes.

7.16.10. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas fora dos meios permitidos.

7.16.11. Ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando a(s) Folha(s) de Respostas.

7.16.12. Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões de Provas e nas Folhas de

Respostas.

7.16.13. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público.

7.17. O Instituto Cetro, objetivando a lisura e a idoneidade do Concurso, solicitará aos candidatos, quando da aplicação das Provas Objetivas, que registrem na Folha de Respostas personalizada a sua assinatura em campo específico por três vezes.

7.18. Constatado, após as provas, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por qualquer outro meio, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e este será automaticamente eliminado do Concurso Público.

7.19. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de provas.

7.20. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

7.21. Os gabaritos da Prova Objetiva considerados como corretos serão divulgados no endereço eletrônico do Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br).

VIII – DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

8.1. A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

8.1.1. Na avaliação e correção da Prova Objetiva será utilizado o Escore Bruto.

8.2. O Escore Bruto corresponde ao número de acertos que o candidato obtém na prova.

8.2.1. Para se chegar ao total de pontos, o candidato deverá dividir 100 (cem) pelo número de questões da prova, e multiplicar pelo número de questões acertadas.

8.2.2. O cálculo final será igual ao total de pontos do candidato na Prova Objetiva.

8.3. Para fins de cálculo da nota, considerar-se-á duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

8.4. Será considerado habilitado na Prova Objetiva o candidato que obtiver total de pontos igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

8.5. O candidato que obtiver nota 0 (zero) em qualquer uma das disciplinas será eliminado do presente Concurso.

8.6. O candidato não habilitado na Prova Objetiva será eliminado do Concurso.

IX – DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROVA DISCURSIVA

9.1. A Prova Discursiva tem o objetivo de avaliar o domínio do conhecimento teórico-prático, o emprego adequado da linguagem, a articulação do raciocínio, a capacidade de argumentação teórico-metodológica e o uso correto do vernáculo.

9.2. O quantitativo de Provas Discursivas dos candidatos a serem corrigidas por formação/função serão os descritos no **ANEXO IV**.

9.2.1. Serão avaliadas somente as Provas Discursivas dos candidatos que obtiverem as melhores pontuações no quantitativo disposto no **ANEXO IV**.

9.2.2. No caso de ocorrência de empate na última posição, serão convocados todos os candidatos inclusos nesta situação.

9.3. Serão analisadas na correção: uso adequado da norma culta da língua portuguesa, capacidade de estruturação lógica do texto, coerência entre a fundamentação e a conclusão, clareza de exposição das ideias e domínio técnico do assunto abordado.

9.3.1. Serão atribuídos os seguintes pontos: Norma-padrão (3), Coesão e Coerência (2), Tema e Texto (1) e Técnica (14), conforme especificado no ANEXO III.

9.3.2. A Prova Discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

9.3.3. O candidato que não atingir o mínimo de 10 pontos na Prova Discursiva será excluído do Concurso.

9.4. Durante a realização da Prova Discursiva, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

9.5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva nos seguintes casos:

9.5.1. Fugir à proposta apresentada;

9.5.2. Apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou forma em verso);

9.5.3. For assinada fora do local apropriado;

9.5.4. Apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;

9.5.5. For escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade;

9.5.6. Estiver em branco;

9.5.7. Apresentar letra ilegível;

9.5.8. Não respeitar o limite mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) linhas.

9.6. A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva pela Banca Examinadora.

X – DA PROVA DE TÍTULOS

10.1. Concorrerão à Prova de Títulos **somente os candidatos habilitados nas Provas Objetiva e Discursiva**, conforme o julgamento estabelecido nos Capítulos VIII e IX, deste Edital, e **com titulação descrita no item 10.5. – Tabela de Títulos**.

10.2. Para efeito de pontuação, será considerado o documento de maior titulação, uma única vez.

10.2.1. Os títulos serão pontuados em conformidade à tabela abaixo:

Discriminação	Pontos Atribuídos
Título de Doutor na área de formação/função	25
Título de Mestre na área de formação/função	15
Curso de Especialização na área de formação/função (duração igual ou superior a 360 horas).	5

10.3. Os documentos relativos aos Títulos deverão ser entregues: **EXCLUSIVAMENTE**, no dia da realização das provas OBJETIVA e DISCURSIVA, somente APÓS O FECHAMENTO DOS PORTÕES e antes do início da PROVA. Após o referido MOMENTO, não serão aceitos acréscimos, substituições e/ou complementações de quaisquer documentos entregues, sob qualquer hipótese.

10.3.1. A entrega dos documentos relativos à Prova de Títulos não é obrigatória. O candidato que não entregar o Título não será impedido de realizar as Provas Objetiva e Discursiva.

10.4. Os documentos de Títulos deverão ser acondicionados em: ENVELOPE LACRADO, contendo, na sua parte externa, o nome do Concurso, o nome do candidato, número de inscrição, o código e nome da Formação/Função para a qual está concorrendo e o número do documento de

identidade, devendo os referidos documentos serem apresentados em CÓPIA REPROGRÁFICA AUTENTICADA.

10.4.1 O candidato deverá numerar sequencialmente e rubricar cada documento apresentado, incluindo a pontuação da Tabela de Títulos (quando for o caso), PREENCHENDO A RELAÇÃO DE RESUMO, EM CONFORMIDADE COM O MODELO DISPONÍVEL NO ANEXO II, DESTE EDITAL, FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE TÍTULOS.

10.5. Somente serão aceitos, para fins de avaliação e pontuação, os seguintes Títulos, das respectivas formação/função:

TABELA DE TÍTULOS

CÓDIGO	FORMAÇÃO/FUNÇÃO	CÓDIGO	FORMAÇÃO/FUNÇÃO
301	Advogado	501	Fitopatologia
302	Administrador	502	Zootecnia
303	Assistente Social	503	Cultura de Tecidos/ Biotecnologia
304	Bibliotecário	504	Entomologia
305	Comunicação Social (Jornalismo)	505	Fitotecnia (Manejo Olerícolas)
306	Contador	506	Fitotecnia (Manejo Fruteiras)
307	Desenho Industrial	507	Fitotecnia Geral
308	Informática em Administração de Banco de Dados	508	Física do Solo
309	Informática em Infraestrutura	509	Sócio - Economia
310	Informática em Sistemas	510	Silvicultura/ Manejo Florestal/ SAF
311	Planejamento	511	Recursos Naturais (Manejo)
312	Revisor de texto com habilitação em Português/ Inglês	512	Melhoramento Genético Plantas
401	Engenheiro Agrônomo/ Extensão Rural	513	Estatística e Métodos Quantitativos em P&D
402	Engenheiro Florestal/ Extensão Rural	514	Sistema Geográfico de Informações – GIS
403	Engenheiro de Alimentos/ Extensão Rural	515	Climatologia / Meteorologia
406	Zootecnia/ Pecuária/ Extensão Rural	516	Recursos Hídricos
407	Zootecnia/ Aquicultura/ Extensão Rural		

10.5.1. Os Títulos a serem avaliados correspondem aos indicados na Tabela do item 10.2.1., que são: Título de Doutor na área de formação/função ou Título de Mestre na área de formação/função ou Curso de Especialização na área de formação/função.

10.6. Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas em cartório.

10.7. Para comprovação de conclusão de curso de pós-graduação em nível de Doutorado, Mestrado, ou Especialização, deve ser apresentado diploma ou certificado devidamente registrado, expedido por instituição oficial de ensino ou reconhecida pelo MEC, contendo nome e formação/função do

candidato. Na falta deste, poderá ser apresentada a ata ou declaração de defesa com validade de até 02 (dois) anos. JUNTAR CÓPIA DE CAPA E RESUMO DA DISSERTAÇÃO OU TESE.

10.8. Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

10.9. Não terá pontuação de títulos o candidato que não entregar os Títulos na forma, no dia/horário e local estabelecidos neste Edital, conforme estabelecido no item 10.3 deste Edital.

10.10. Todos os documentos apresentados, cuja devolução não for solicitada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da homologação do resultado final do Concurso Público, poderão ser incinerados pelo Instituto Cetro.

XI – DOS RECURSOS

11.1. Será admitido recurso quanto à divulgação dos gabaritos e ao resultado provisório.

11.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o endereço eletrônico do Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br) e seguir as instruções ali contidas. Os recursos poderão ser interpostos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da:

11.2.1. Divulgação dos gabaritos oficiais do Concurso;

11.2.2. Divulgação do Resultado Provisório.

11.3. Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.

11.4. O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado e conter o nome do Concurso, nome do candidato, número de inscrição, cargo (formação/função) e o seu questionamento.

11.5. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 11.1.

11.6. A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do Concurso.

11.7. Não serão aceitos recursos interpostos por correspondência (SEDEX, AR, telegrama etc.), fac-símile, telex, Internet ou outro meio que não seja o estabelecido no item 11.2 deste Capítulo.

11.8. O ponto relativo a uma questão eventualmente anulada será atribuído a todos os candidatos.

11.8.1. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.

11.8.2. Depois de julgados todos os recursos apresentados, será publicado o resultado final do Concurso, com as alterações ocorridas em face do disposto no item 11.8.1. acima, não cabendo recursos adicionais.

11.9. Não serão apreciados os Recursos que forem apresentados:

11.9.1. em desacordo com as especificações contidas neste capítulo;

11.9.2. fora do prazo estabelecido;

11.9.3. sem fundamentação lógica e consistente e;

11.9.4. com argumentação idêntica a outros recursos.

11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de gabarito final definitivo.

11.11. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

XII – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

12.1. A classificação final dos candidatos no Concurso Público será igual ao total de pontos obtidos na Prova Objetiva, acrescido do total de pontos obtidos na Prova Dissertativa e na Prova de Títulos.

12.2. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de

classificação.

12.3. Serão elaboradas duas listas de classificação: uma geral, com a relação de todos os candidatos, inclusive os deficientes, e uma especial, com a relação apenas dos candidatos deficientes.

12.3.1. Serão publicados no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo apenas os resultados dos candidatos que lograram classificação no Concurso.

12.3.2. O resultado geral do Concurso poderá ser consultado no endereço eletrônico do Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br) pelo prazo de 3 (três) meses, a contar da data de publicação da Classificação Final/Homologação.

12.4. No caso de igualdade na classificação final, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que:

12.4.1. Tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Concurso, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso – Lei Federal nº 10.741/03;

12.4.2. Obter maior número de pontos na Prova de conhecimentos específicos;

12.4.3. Obter maior pontuação na Prova Discursiva;

12.4.4. Obter maior pontuação na Prova de Títulos;

12.4.5. Tiver maior idade, para os candidatos não alcançados pelo Estatuto do Idoso.

XIII – DA NOMEAÇÃO

13.1. A nomeação dos candidatos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados, sendo que sua aprovação no concurso não gera direito a nomeação.

13.2. Por ocasião da nomeação, os candidatos deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia, que comprovem os requisitos citados no Capítulo II, estabelecidos no presente Edital e em atos publicados posteriormente.

13.2.1. Caso haja necessidade, o INCAPER poderá solicitar outros documentos complementares.

13.3. Obedecida a ordem de classificação, os candidatos nomeados serão submetidos a exame médico admissional, que avaliará sua capacidade física e mental no desempenho das tarefas pertinentes ao Cargo (formação/função) a que concorrem.

13.3.1. As decisões da perícia médica do Estado do Espírito Santo, de caráter eliminatório para efeito de nomeação, são soberanas e delas não caberá qualquer recurso.

13.4. Não serão aceitos, no ato da nomeação, protocolos ou cópias dos documentos exigidos. As cópias somente serão aceitas se estiverem acompanhadas dos originais.

13.5. No caso de desistência do candidato aprovado, quando nomeado para uma vaga, o fato será formalizado pelo candidato, por meio de Termo de Desistência Definitiva.

13.5.1. O não comparecimento, quando nomeado, implicará na exclusão do candidato e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Concurso Público.

13.6. Os candidatos nomeados serão regidos pela Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, e suas alterações – Regime Jurídico Único, pela Lei Complementar nº 442, de 20 de junho de 2008, e demais legislações pertinentes.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Todas as convocações, os avisos e os resultados referentes, exclusivamente, às etapas do presente Concurso Público serão publicados no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e/ou divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos do Instituto Cetro (www.institutocetro.org.br) e do INCAPER, (www.incaper.es.gov.br).

14.2. Serão publicados no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo apenas os resultados dos candidatos que lograrem classificação no Concurso Público.

14.3. Não será fornecido, através do Instituto Cetro, ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público, valendo para esse fim, a homologação publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo.

14.4. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal cabíveis.

14.5. Caberá ao DIRETOR PRESIDENTE do INCAPER a homologação do resultado final do Concurso Público.

14.6. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

14.7. O candidato se obriga a manter atualizado o endereço perante o Instituto Cetro, situado na Rua Frei Caneca, 1407 – 9º andar – Conjunto 919 – Consolação – CEP: 01307-003 – São Paulo/SP, até a data de publicação da homologação dos resultados.

14.7.1. É de responsabilidade do candidato, após a homologação, e até que expire o prazo de validade do concurso, manter atualizado seu endereço.

14.7.2. Para alterações de endereços após a homologação, o candidato deverá encaminhar os dados ao INCAPER – Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Afonso Sarlo, 160 – Bento Ferreira – Vitória/ES, CEP 29052-010, sob pena de, quando for nomeado, perder o prazo para entrar no exercício do Cargo, caso não seja localizado. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações de todos os atos referentes ao presente concurso durante todo o prazo de validade deste.

14.8. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público, à apresentação para nomeação, à realização de exames médicos para obtenção do atestado médico correrão a expensas do próprio candidato.

14.9. O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER e o Instituto Nacional de Educação Cetro – INEC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.

14.10. A realização do certame será feita sob exclusiva responsabilidade do Instituto Cetro, não havendo o envolvimento de recursos humanos da Administração Pública, direta e indireta, autárquica e fundacional, na realização e avaliação de suas etapas.

14.11. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Concurso Público do INCAPER e pelo Instituto Cetro, no que tange à realização deste Concurso Público.

Vitória-ES, 30 de setembro de 2011.

EVAIR VIEIRA DE MELO

Diretor Presidente do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL MÉDIO/ TÉCNICO

PARA OS CARGOS DE TÉCNICO DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL (TÉCNICO DE LABORATÓRIO, TÉCNICO DE INFORMÁTICA, TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E TÉCNICO DE CONTABILIDADE) E TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO RURAL (TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA – TÉCNICO AGRÍCOLA)

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentidos próprio e figurado. Ortografia. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, artigo, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às

relações entre as orações). Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Crase. Figuras de sintaxe. Vícios de linguagem. Equivalência e transformação de estruturas. Flexão de substantivos, adjetivos e pronomes (gênero, número, grau e pessoa). Processos de coordenação e subordinação. Sintaxe. Morfologia. Estrutura e formação das palavras. Discursos direto, indireto e indireto livre. Colocação pronominal.

INFORMÁTICA

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática. Microsoft Windows. MS Office: Word, Excel e PowerPoint. Internet Explorer. BrOffice.

REALIDADE SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL DO ESPÍRITO SANTO

Formação histórica, econômica, social e cultural do Espírito Santo; Povoamento e agricultura no Espírito Santo; Expansão da cafeicultura; Crise cafeeira e o projeto industrializante; Consolidação do modelo urbano industrial; As grandes regiões agroclimáticas do Espírito Santo; Os projetos de desenvolvimento; O Espírito Santo e sua política de desenvolvimento regional; O desenvolvimento econômico e a hegemonia do grande capital; Crescimento econômico, urbanização e dinamização do setor terciário; Crescimento e modernização da agricultura capixaba; As estratégias de desenvolvimento agroambiental no Espírito Santo; Aspectos socioambientais dos projetos de desenvolvimento implantados no Espírito Santo; estrutura fundiária; territórios rurais no Espírito Santo (cidadania e territórios de identidade).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PARA O CARGO DE TÉCNICO DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – TÉCNICO DE LABORATÓRIO

Princípios de biossegurança em Laboratórios de Pesquisa Agropecuária; autoclavagem; uso e funcionamento de instrumentos (microscópio; espectrofotômetro; balança analítica; centrífuga, fonte e cubas de eletroforese, ELISA, etc), análises fotométricas, clorimétricas, cromatográficas e microbiológicas; preparação de soluções e titulação; calibração de equipamentos de laboratório (balanças, potenciômetros, etc.); preparo de amostras para análises de laboratório; preparação de meios de cultura para micro-organismos; isolamento de fungos e bactérias; utilização de métodos microscópicos, imunológicos e moleculares; avaliar resultados de análises, tabulação de dados em computador, cálculos e sua interpretação analítica; planejamento das atividades em laboratório; atividades em casa de vegetação e telado.

PARA O CARGO DE TÉCNICO DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – TÉCNICO DE INFORMÁTICA

Hardware e Arquitetura de microcomputadores. Instalação e configuração de equipamentos de microinformática em geral e de redes locais e remotas. Sistema operacional Windows (em todas as suas versões, inclusive Server) e **Sistema operacional Linux (principais distribuições)**. Software em geral: aplicativos; antivírus. Redes e protocolos (TCP/IP). **Cabeamento estruturado**. Procedimentos de rotinas de backup em servidores de rede. Confeção do cabeamento UTP e de rede em geral. Administração de redes com Active Directory.

PARA O CARGO DE TÉCNICO DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO

Manual de Redação da Presidência da República (Aprovado pela Portaria nº 91, de 04 de dezembro de 2002 – Casa Civil/PR). Noções de Administração: Planejamento Estratégico: conceitos, princípios, etapas, níveis e métodos; Gestão de Projetos: conceitos, fundamentos, ciclo de vida, ferramentas e benefícios; Gestão de Processos: definições, componentes, características, benefícios, objetivos do mapeamento, cadeia de valor, níveis de detalhamento dos processos, notação, ferramentas de mapeamento, projeto de mapeamento e indicadores; Gestão da qualidade: conceitos, objetivos, métodos e ferramentas; Conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. Noções de Administração de Recursos Humanos: conceitos, estratégias de RH, seleção, treinamento e desenvolvimento; Gestão de desempenho: conceitos, objetivos e métodos; Gestão estratégica de pessoas por competências; Cultura Organizacional: conceitos e elementos; Clima organizacional; Motivação; Liderança; Gestão de conflitos. Noções de Administração de Material e Patrimônio. Noções de Estatística: Estatística descritiva; Medidas de posição; Medidas de dispersão; Distribuições de probabilidade. Economia: conceitos básicos de micro e macroeconomia do setor público.

PARA O CARGO DE TÉCNICO DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – TÉCNICO DE CONTABILIDADE

Conceitos, objetivos e finalidades da Contabilidade. Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica. Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificadores e mistos. Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos. Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas. Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos. Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária/cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens. Análise e conciliações contábeis: conceitos, composição de contas, análise de contas, conciliação bancária. Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração. Balanço patrimonial: conceitos, objetivo, composição. Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo, composição. Noções de matemática financeira. Noções de finanças. Conceitos básicos de orçamento.

PARA O CARGO DE TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO RURAL – TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA (TÉCNICO AGRÍCOLA)

Uso e conservação dos solos. Adubação em geral. Tipos e classificação de fertilizantes e corretivos. Irrigação e drenagem. Conhecimentos gerais de fitotecnia. Grandes culturas anuais (milho, feijão). Grandes culturas perenes (café arábica e conilon). Olericultura (hortaliças folhosas, tomate, pimentão, batata e taro). Fruticultura (abacaxi, coco, maracujá, banana, citros, manga, acerola, morango e mamão). Especiarias e oleginosas (Pimenta do Reino e pinhão manso) Silvicultura. Pastagens. Mecanização agrícola. Máquinas e implementos agrícolas. Regulagem de equipamentos agrícolas. Manutenção de máquinas e implementos agrícolas. Noções de fitossanidade. Identificação das principais pragas agrícolas. Manejo de doenças e pragas. Uso correto de agrotóxicos. Conhecimentos gerais de zootecnia. Bovinocultura. Avicultura. Suinocultura. Piscicultura. Noções de sanidade animal. Noções de pesquisa e experimentação agropecuária. Noções de higiene e de segurança individual, coletiva e de instalações. Noções de Primeiros Socorros. Métodos e meios da extensão rural. Metodologias participativas de extensão rural. Desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Abordagem sistêmica. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretária de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

NÍVEL SUPERIOR

PARA OS CARGOS DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL (ADVOGADO, ADMINISTRADOR, ASSISTENTE SOCIAL, BIBLIOTECÁRIO, COMUNICAÇÃO SOCIAL (JORNALISMO), CONTADOR, DESENHO INDUSTRIAL, INFORMÁTICA EM ADMINISTRAÇÃO DE

BANCO DE DADOS, INFORMÁTICA EM INFRAESTRUTURA, INFORMÁTICA EM SISTEMAS, PLANEJAMENTO E REVISOR DE TEXTO COM HABILITAÇÃO EM PORTUGUÊS/INGLÊS) e AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (ENGENHEIRO AGRÔNOMO, ENGENHEIRO FLORESTAL, ENGENHEIRO DE ALIMENTOS, ECONOMISTA DOMÉSTICO, ENGENHEIRO DE PESCA, ZOOTECNISTA/PECUÁRIA, ZOOTECNISTA/AQUICULTURA, FITOPATOLOGIA, ZOOTECNISTA, CULTURA DE TECIDOS/BIOTECNOLOGIA, ENTOMOLOGIA, FITOTECNIA (MANEJO OLERÍCOLAS), FITOTECNIA (MANEJO FRUTEIRAS), FITOTECNIA GERAL, FÍSICA DO SOLO, SÓCIOECONOMIA, SILVICULTURA/MANEJO FLORESTAL/SAF, RECURSOS NATURAIS (MANEJO), MELHORAMENTO GENÉTICO PLANTAS, ESTATÍSTICA E MÉTODOS QUANTITATIVOS EM P&D, SISTEMA GEOGRÁFICO DE INFORMAÇÕES – GIS, CLIMATOLOGIA/METEOROLOGISTA, RECURSOS HÍDRICOS)

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentidos próprio e figurado. Ortografia. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, artigo, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Crase. Figuras de sintaxe. Vícios de linguagem. Equivalência e transformação de estruturas. Flexão de substantivos, adjetivos e pronomes (gênero, número, grau e pessoa). Processos de coordenação e subordinação. Sintaxe. Morfologia. Estrutura e formação das palavras. Discursos: direto, indireto e indireto livre. Colocação pronominal.

INFORMÁTICA

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática. Microsoft Windows. MS Office: Word, Excel e PowerPoint. Internet Explorer. BrOffice.

REALIDADE, SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL DO ESPÍRITO SANTO

Formação histórica, econômica, social e cultural do Espírito Santo; Povoamento e agricultura no Espírito Santo; Expansão da cafeicultura; Crise cafeeira e o projeto industrializante; Consolidação do modelo urbano industrial; As grandes regiões agroclimáticas do Espírito Santo; Os projetos de desenvolvimento; O Espírito Santo e sua política de desenvolvimento regional; O desenvolvimento econômico e a hegemonia do grande capital; Crescimento econômico, urbanização e dinamização do setor terciário; Crescimento e modernização da agricultura capixaba; As estratégias de desenvolvimento agroambiental no Espírito Santo; Aspectos sócioambientais dos projetos de desenvolvimento implantados no Espírito Santo; estrutura fundiária; territórios rurais no Espírito Santo (cidadania e territórios de identidade).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – ADVOGADO

I – DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: conceito e conteúdo; Princípios Fundamentais; Poder constituinte originário e derivado; Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; generalidades; direito de ação; devido processo legal; habeas corpus; mandado de segurança; mandado de segurança coletivo; ação popular; mandado de injunção; habeas data e ação civil pública. Princípios e normas referentes às Administrações Direta e Indireta. Poder Legislativo: composição e atribuições. Processo Legislativo; Poder Executivo composição e atribuições; Poder Judiciário: composição e atribuições. Funções essenciais à Administração da Justiça: o Ministério Público e a Advocacia. Princípios Constitucionais do Orçamento; Bases e Valores da Ordem Econômica e Social; Direito do Consumidor; Direito Ambiental; Função dos Tribunais de Contas; Da Ordem Econômica e Financeira. Da ciência e tecnologia. Do meio ambiente. Lei de Responsabilidade Fiscal; Bases constitucionais da Tributação e das Finanças Públicas; Sistema Tributário Nacional; Princípios Gerais; Limitação do poder de tributar; Tributos da União, dos Estados e Municípios. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Reforma Administrativa: Emenda Constitucional nº 19. **II – DIREITO ADMINISTRATIVO:** Administração Pública: conceito, órgãos da Administração, hierarquia; Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia. Administração direta e indireta: conceito, Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Empresa Pública, Fundações. Ato administrativo. Conceito, classificação, requisitos, revogação. Vícios do ato administrativo. Invalidez. Anulação. Responsabilidade civil do Estado Fundamentos; responsabilidade sem culpa; responsabilidade por ato do funcionário. Licitações e contratos administrativos – Lei nº 8.666/1993 e alterações; Lei do Pregão – Lei nº 10.520/2002 e alterações. Desapropriação. Generalidades. Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo. Contratos Administrativos: conceito, peculiaridades, espécies. Bens Públicos: regime jurídico e classificação; Formas de utilização, concessão, permissão e autorização de uso, alienação (Decreto 1110-R 12/12/2002). Servidor Público: agentes públicos, cargos, empregos, regime jurídico, conceito, categoria; Desapropriação: noção, desapropriação por utilidade pública, necessidade pública, interesse social. Limitações administrativas. Responsabilidade dos Agentes Públicos: Improbidade Administrativa; Processo Administrativo Disciplinar. Tarifas e Preços Públicos; Orçamento. Teoria Geral do procedimento administrativo e leis de processo administrativo. As agências reguladoras independentes; a proteção da concorrência e do consumidor. **III – DIREITO CIVIL:** Conceito; Direito Público e Privado. Das pessoas naturais e jurídicas. Fatos jurídicos, negócios jurídicos, espécies; atos jurídicos e atos ilícitos; manifestação da vontade; vícios da vontade; defeitos do negócio jurídico; invalidade do negócio jurídico; abuso de direito; fraude à lei. Prescrição e Decadência. Obrigações – conceito, tipos e extinção. Contratos – definição e classificação, disposições gerais, extinção dos contratos, as espécies de contratos. Responsabilidade civil. Da propriedade em geral. Teoria da imprevisão. Prescrição e decadência. Obrigações: conceito; obrigação de dar, de fazer e não fazer; obrigações alternativas, divisíveis, indivisíveis, solidárias; cláusula penal. Extinção das obrigações: pagamento – objeto e prova, lugar e tempo de pagamento; mora; compensação, novação, transação; direito de retenção. Responsabilidade civil. **IV – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Jurisdição: contenciosa e voluntária; características, poderes, princípios e espécies. Competência: conceito, espécies, critérios determinativos; Incompetência; Conflito de Competência. Ação conceito, condições, classificação. Elementos; Cumulação de Ações. Processos: conceito, natureza jurídica, princípios fundamentais, pressupostos processuais, espécies; Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Atos Processuais: classificação, forma, prazo, tempo e lugar. Partes: capacidade, legitimidade, representação, substituição processual; Denúncia da lide, chamamento ao processo. Procedimento Ordinário, Sumário e Especial. Petição inicial; Resposta do Réu; Revelia; Intervenção de Terceiros; Litisconsórcio e Assistência. Julgamento conforme o estado do Processo. Provas: noções gerais, sistema, classificação, espécies. Audiência; Sentença e Coisa Julgada. Recursos: noções gerais, sistema, espécies. Execução: partes, competência, requisitos, liquidação de sentença; Das diversas espécies de execução; Embargos do Devedor. Do Processo Cautelar. Mandado de Segurança; Ação Popular; Ação Civil Pública; Ação Declaratória Incidenta; Mandado de Injunção (*habeas data*); Ação Direta de Inconstitucionalidade. Recurso em geral: conceito, pressupostos, efeitos. **V – DIREITO TRIBUTÁRIO:** Normas Gerais. Normas gerais de direito tributário. O Estado e o poder de tributar. Direito Tributário: conceito e princípios. Sistema Tributário Nacional. Legislação. Competência. Norma Tributária – incidência – vigência – aplicação – interpretação. Princípios constitucionais tributários. Obrigação tributária: conceito, capacidade tributária, domicílio tributário, espécies, fato gerador (hipótese de incidência), sujeito ativo e passivo, solidariedade, responsabilidade, substituição. Crédito tributário: conceito, natureza, lançamento, revisão, prescrição e decadência, repetição do indébito. Constituição – suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão – garantias e privilégios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Norma tributária: espécies, natureza, vigência e aplicação, interpretação e integração. Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros.

Responsabilidade supletiva. Garantias e privilégios do crédito tributário. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos da União. Impostos dos Estados e Distrito Federal. Impostos dos Municípios. Repartição das receitas tributárias. Dívida ativa e certidões negativas. Tributos e suas espécies, impostos, taxas, contribuições sociais, paraísos fiscais, de intervenção sobre o domínio econômico, empréstimos compulsórios – Tributos federais, estaduais e municipais. Imunidade, não-incidência e isenção. Administração Tributária. Contencioso tributário judicial. Processo Administrativo Fiscal (Decreto nº 70.235/72) revogado pelo Decreto nº 83.304/79. Tributação Internacional. Execução Fiscal: Lei nº 6.830/80. Processamento. **VI – DIREITO FINANCEIRO:** Noções Gerais (Lei nº 4.320/64). **VII – DIREITO PREVIDENCIÁRIO:** Seguridade social: origem e evolução legislativa no Brasil; conceito; organização e princípios constitucionais. Regime Geral da Previdência Social: beneficiário, benefícios e custeio. Salário de contribuição: conceito, parcelas integrantes e excluídas, limites mínimo e máximo; salário-base, enquadramento, proporcionalidade e reajustamento. Regime próprio de previdência do estado do Espírito Santo (Lei Complementar Estadual nº 282/2004). **VIII – DIREITO PENAL:** A lei penal no tempo. A lei penal no espaço. Infração penal: elementos, espécies. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal. Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Erro de tipo; erro de proibição. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a Administração Pública. Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965). Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990). **IX – DIREITO PROCESSUAL PENAL:** Inquérito policial; *notitia criminis*. Ação penal; espécies. Jurisdição; competência. Prova. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária (Lei nº 7.960/1989). Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. *Habeas corpus*. **X – DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO:** Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho. Do contrato individual de trabalho. Da Organização Sindical. Das Convenções Coletivas de Trabalho. Do processo de Multas Administrativas. Da Justiça do Trabalho: Juntas de Conciliação e Julgamento; dos Juízos de Direito; dos Tribunais Regionais do Trabalho; do Tribunal Superior do Trabalho. Do Ministério Público do Trabalho. Do Processo Judiciário do Trabalho: Dos Dissídios Individuais. Dos Dissídios Coletivos. Da Execução. Dos Recursos. **XI – PROPRIEDADE INTELECTUAL:** Patentes: Lei nº 9.279/96; Proteção de Cultivares: Lei de Proteção de Cultivares nº 9.456/97 de 25/04/97; Lei de Programa de Computador nº 9.609/98, Decreto nº 2.556 de 20/04/1998; Direito Autoral: Lei nº 9.610 de 19/02/98; Inovação Tecnológica: Lei nº 10.973 de 02/12/2004 e Decreto nº 5.563 de 11/10/2005.

CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – ADMINISTRADOR

Gestão de Pessoas: conceitos e planejamento na Gestão de Pessoas. Avaliação de Desempenho. Gestão por competências. Remuneração. Descrição e análise de cargos. Incentivos. Benefícios e serviços para Pessoas. Desenvolvimento e Treinamento de Pessoal. Relações no ambiente de trabalho. Higiene e segurança do trabalho. Bancos de dados e sistemas de informações de Recursos Humanos. Contabilidade pública: orçamento público. Princípios orçamentários. Receita e Despesa Pública. Licitações. Empenho de Despesa. Adiantamento. Plano de contas. Administração financeira: conceitos fundamentais. Ativos financeiros. Orçamento de capital. Estrutura de capital e política de dividendos. Planejamento financeiro e administração de capital de giro. Gerenciamento de projetos: elaboração, análise e avaliação de projetos. Planejamento. Ajuste dos demonstrativos financeiros. Análises horizontal e vertical. Administração de projetos públicos: Projetos estratégicos. Estudo de mercado. Técnicas de análise e previsão de mercado. Análise de localização de projetos. Análise econômico-financeira de projetos. Análise de relação custo-volume-lucro. Financiamento de projetos. Gerência de execução de projetos. Avaliação de projetos públicos. Gestão de negócios e processos. Aquisição e controle de material e serviços. Administração: introdução à Administração. A nova administração Pública. Cultura organizacional e cultura nas organizações públicas. Poderes e deveres do administrador público. Improbidade administrativa. Responsabilidade civil da administração pública. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, espécie e invalidação, anulação, revogação, efeitos. Contratos administrativos: conceito, característica e formalização. Modelo de administração pública patrimonialista, burocrática e gerencial. Decreto 2087-R de 01/08/2008, portaria Seger/Pge/Secont nº 49R/2010 de 24/08/2010. Marketing nas organizações públicas, endo marketing. Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação. Comportamento organizacional: motivação, liderança e desempenho. Estrutura e funcionamento do serviço público no Brasil. Teoria Geral da Administração. Organização de sistemas e métodos. Sistemas de informações gerenciais. Noções de estatística. Patrimônio: Patrimônio e Balancete. Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado. Princípio Básico (origem e aplicação de recursos). Almoarifado e estoque: definições. Equipamentos de um almoarifado. Métodos de trabalho no almoarifado. Recebimento, armazenagem e saída de materiais. Acuracidade dos estoques. Contagem Cíclica. Inventário Físico. Gestão de estoques. Contratos e Convênios: realização e formalização. Processo licitatório aplicável. Gestão de Contratos e Convênios. Fiscalização de Contratos e Convênios. Rescisão de contratos. Prazos. Classificação dos custos, Princípios e métodos de custeio (por absorção, custeio variável, rateio simples, ponto de equilíbrio, centro de custos (RKW), custeio baseado nas atividades Activity-Based Costing – ABC), Gestão de Custos. Princípios de marketing: mercado, marketing, cliente e produto. Administração de marketing: as sete funções de marketing. Sistema de informação de marketing: registros internos e pesquisa de marketing. Os quatro P's. Estratégias de marketing. Delineamento de produto; Preços; Canais de distribuição; Segmentação e Posicionamento; Venda direta. Gestão de Marcas (Branding). Decisões de Comunicação Integrada e Marketing. Manual de Redação da Presidência da República (Aprovado pela Portaria nº 91, de 04 de dezembro de 2002 – Casa Civil/PR).

CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – ASSISTENTE SOCIAL

História, fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. O Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Contribuições teóricas e principais autores. Questão Social e Serviço Social. Movimento de reconceitualização no Brasil. Seguridade Social. O neoliberalismo e as políticas sociais. Conhecimentos sobre planejamento, implantação e execução de projetos socioeducativos na área de saúde. Pesquisa social. Instrumentos e Técnicas para a atuação profissional. Serviço Social e interdisciplinaridade. Técnicas para coordenação de equipes/grupos. Técnicas para desempenho da função de facilitador em cursos. Políticas sociais (ECA, LOAS). Metodologia de atuação nos campos. Assistência pública. Família e serviços. Políticas Sociais em: assistência pública, saúde, saúde mental, criança e adolescente, trabalho, idoso, pessoa com deficiência, política nacional sobre drogas, entre outras. Encaminhamento das questões sociais: desigualdade, exclusão, violência doméstica. Assessoria em planejamento, pesquisa, supervisão e administração em serviço social. Ética e trabalho Profissional – Código de Ética do Assistente Social. Reforma do Estado. Transformações no mundo do trabalho: reestruturação produtiva e novas tecnologias de gerenciamento. Pobreza e desigualdade social no Brasil. Avaliação de políticas e programas sociais: conceitos e metodologia. Participação e controle social: relações institucionais com a sociedade; conselhos e conferências. SUS e SUAS. Projeto ético-político. Serviço Social na atualidade. Regulamentação da Profissão do Assistente Social. Resoluções CFESS. Leis Complementares Estaduais nº 282/04 e nº 539/09.

CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – BIBLIOTECÁRIO

Fundamentos das ciências da Informação. Pesquisa: conceitos. Metodologia da pesquisa científica. Pesquisa bibliográfica. Ciência da Informação: contexto na sociedade atual. Informação: conceitos e tipologias. Biblioteconomia: conceitos básicos. Bibliotecário: legislação, formação e mercado de trabalho. O Moderno Profissional da Informação. Ética profissional. Organização e tratamento da informação. Controle bibliográfico dos registros do conhecimento. Representação descritiva e temática: políticas, etapas, padrões, princípios, processos e produtos de acordo com AACR2 e CDU. Recursos e serviços de informação. Normas técnicas (NBR 6023): tipologia, funções, aplicabilidade. Documentos técnico-científicos: planejamento, elaboração e normalização. Documentos eletrônicos: produção, armazenamento, conservação e disseminação. Ética e privacidade dos dados. Tecnologias da informação: redes de informação eletrônicas e não eletrônicas; serviços de provisão e acesso. Serviço de informação em bibliotecas

especializadas: processo de referência. Bibliotecário de referência: funções. Interação usuário versus bibliotecário. Educação de usuários. Informação comunitária: geração, comunicação e uso. Fontes de informação: tipos, características e aplicabilidade. Gestão de sistemas de informação. Administração de recursos humanos, financeiros e materiais em unidades de informação. Gestão de recursos informacionais: organização, preservação e manutenção dos suportes de informação. Ambiente físico da unidade de informação: organização, preservação, manutenção, controle e segurança. Gestão de serviços informacionais: fluxos e processos de trabalho. Controle e avaliação de serviços de informação. Estudos de comunidades e de usuários como base para o desenvolvimento de sistemas de informação. Pesquisa e desenvolvimento de coleções: políticas, processos de pesquisa, processo de seleção e aquisição. Organização e administração de bibliotecas. Seleção e aquisição de obras e de equipamentos em geral. Conservação e preservação do acervo. Obras nacionais e internacionais. Disseminação seletiva da informação. Planejamento bibliotecário e de centros de documentação.

CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – COMUNICAÇÃO SOCIAL (JORNALISMO)

Teoria da comunicação: a questão da imparcialidade e da objetividade. Ética. Papel social da comunicação. Comunicação, conceitos, paradigmas, principais teorias. Comunicação organizacional. Planejamento em comunicação institucional. Identidade e imagem institucional. Legislação em comunicação social. Novas tecnologias e a globalização da informação. Massificação versus segmentação dos públicos. Opinião pública: pesquisa, estudo e análise em busca de canais de interação com cada público específico. Políticas de relacionamento entre a instituição e o público. Canais e estratégias de comunicação interna. Gêneros de redação: definição e elaboração de notícia, reportagem, entrevista, editorial, crônica, coluna, pauta, informativo, comunicado, carta, release, relatório, anúncio e *briefing* – em texto e em imagem. Técnicas de redação jornalística: *lead*, *sublead*, pirâmide invertida. Critérios de seleção, redação e edição. Processo gráfico: conceito de editoração, preparação de originais. Fundamentos da Comunicação – a comunicação na cultura contemporânea; as teorias contemporâneas da comunicação; a relação entre comunicação e política; os canais (veículos) de comunicação, sua história e seu comportamento; o processo de comunicação; integração global e novos meios de comunicação; conhecimento da norma culta da Língua Portuguesa. Jornalismo – a linguagem jornalística: estrutura, texto, lide, sublide, título, entretítulo; o jornalismo econômico. Assessoria de imprensa: conceito, finalidade. Meios de divulgação: entrevista coletiva, entrevista exclusiva, *press release* etc. Relacionamento e atendimento à imprensa. Os veículos: jornal, revista, televisão; agências, mídia eletrônica/ Internet. Editoração – Edição – copidesque; normas da ABNT; o projeto visual e Programação Visual (noções); revisão; produção gráfica (noções); editoração eletrônica (noções) – softwares mais utilizados.

PARA O CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – CONTADOR

Noções Introdutórias: Campo de atuação da Contabilidade; Contabilidade Pública. Grupo de pessoas e de interesses que necessitam da informação contábil; Limitações do método contábil. Princípios e Convenções Contábeis. Procedimentos Contábeis Básicos: técnica contábil: contas, teoria, função e estrutura das contas, funcionamento. Orçamento. Mecanismo de débito, crédito e saldo. Sistemas de contas. Estática Patrimonial (contas, grupo de contas, prazos de vencimento e contas retificadoras). Plano de contas. Escrituração – diário, razão. Métodos das partidas dobradas. Lançamentos. Elementos. Fórmulas. Correção. Variações patrimoniais: Receitas, despesas, exercício social. Regime de caixa e de competência. Ajustes decorrentes. Encerramento de exercício. Relatórios contábeis: balancete de verificação. Demonstração do resultado do exercício. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. (Com distribuição de resultado) Balanço Patrimonial. Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos. Notas Explicativas. Operações Típicas em Empresas Comerciais. Tributos, Contribuições e Taxas incidentes sobre Vendas (base de cálculo, apuração e contabilização). Operações com Mercadorias: – Inventário Permanente – e avaliação do estoque – Inventário Periódico e avaliação do estoque – CMV (Custo das Mercadorias Vendidas) – Devoluções, abatimentos, descontos comerciais, despesas com transporte. Apuração Contábil do Resultado. Operações Financeiras. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. Folha de pagamento. Ativo Permanente (compra e venda) e Depreciação, Amortização e Exaustão. Demonstrações Financeiras. Demonstração do resultado do exercício. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. (Com distribuição de resultado). Balanço Patrimonial. Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos. Notas Explicativas. Consolidação de Balanços. Aspectos Fiscais e Legais da Contabilidade. Reavaliação. Avaliação de Investimentos – método de custo e método de equivalência patrimonial. Matriz e Filial (todas operações). Exportação e Importação. Provisões versus Reservas. Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Elementos patrimoniais: critérios de classificação e avaliação. Arrendamento Mercantil e Consórcios. Elementos Fundamentais para Análise das Demonstrações Financeiras. Correção Monetária na Lei das S.A. Correção Monetária Integral. Demonstrações contábeis: partes componentes, obrigatoriedade de elaboração. Balanço Patrimonial: estrutura. Demonstração de Resultado do Exercício. Estrutura. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Estrutura. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Estrutura. Notas explicativas: conteúdo e forma de apresentação. Necessidades e importância da análise das demonstrações contábeis. Utilização dos Indicadores Financeiros. Análise da atividade e retorno: Giro do ativo, retorno sobre vendas, retorno sobre ativo e retorno sobre o patrimônio líquido. Análise da atividade e rotação. Ciclos financeiro e operacional, prazo médio de rotação dos estoques, prazo médio de recebimento de vendas e prazo médio de pagamento de compras. Análise da estrutura e endividamento. Imobilização do Patrimônio Líquido, Participação de Capitais de Terceiros, Composição do Endividamento – Endividamento Financeiro sobre o Ativo Total e Nível de Desconto de Duplicatas. Índices de Liquidez – Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Índice de Cobertura de Juros, Saldo de Tesouraria sobre Vendas. Avaliação do Desempenho Empresarial. Análise através dos índices. Índices padrão. Modelo de Avaliação de Empresa. Análise horizontal e vertical. Análise da Gestão do Lucro. Alavancagem Financeira e as diversas taxas de retorno. Contabilidade Gerencial como Sistema de Informação Contábil. Correção Monetária do Balanço. Correção Integral. Demonstrativos Contábeis em moeda corrente, com correção integral em moeda estrangeira, (Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Doar, Balanço Patrimonial e Fluxo de Caixa métodos direto e indireto). Gestão de Impostos. Consolidação de Balanços. Custeio Direto/ Custeio por Absorção e Custeio Baseado em Atividades. Análise Custo/Volume/Lucro. Formação de Preços de Venda. Análise de Custos e Rentabilidade de Produtos. Análise de Investimento de Capital. Lucro Empresarial e Variações de Preços. Mensuração do Resultado Econômico – Gestão Econômica – Tributos diretos e indiretos (espécies/ tipos e base de cálculos). Incentivos Fiscais no Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Normas para a Escrituração dos Livros Contábeis Fiscais e Societários. Escrituração Fiscal, Apuração e Contabilização dos Tributos Indiretos – ISSQN, ICMS, IPI, COFINS e PIS – Cumulativo e Não Cumulativo: contribuintes, base de cálculo e alíquota, contabilização. Folha de Pagamento – critérios para cálculo e contabilização dos encargos sociais e provisões. Ganhos ou Perdas de Capital. Retenções na fonte e Substituição tributária: empresas responsáveis, base de cálculo e tratamento contábil. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Regimes lucro real, presumido e arbitrado. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perdas nos Recebimentos de Créditos. Dedutibilidade de outros custos, despesas e encargos. Juros sobre Capital Próprio. Contabilização do Imposto de Renda e Contribuição Social, Normal e Diferido. Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR. Compensação de Prejuízos e Base de Cálculo Negativa da CSLL. Adições e Exclusões ao Lucro/Prejuízo Líquido. Micro e Pequenas empresas. Definição, Escrituração e Vedações ao Ingresso. Regime Tributário: tributos e contribuições, base de cálculo, apuração e contabilização. Controles Internos. Papéis de Trabalho. Demonstrações Financeiras a serem auditadas. Planejamento de Auditoria. Auditoria Operacional. Parecer, relatório, exame dos livros, fichas e processamentos contábeis. Auditoria dos Estoques. Auditoria Fiscal dos Tributos e Contribuições. Auditoria dos Custos. Auditoria das Receitas. Auditoria de Caixa e Bancos. Auditoria de Clientes. Auditoria dos Bens Imóveis. Auditoria do Patrimônio Líquido. Inter-relações das Auditorias Interna e Externa. Classificação dos Custos: tipos de custos. Sistemas de Custeamento. Problemas específicos do custeamento por processo: Cálculo das unidades equivalentes: PEPS e custo médio. Princípios para Avaliação de Estoques. Princípios Contábeis Aplicados a Custos.

Crerios de Rateio dos Custos Indiretos. Custeio Baseado em Atividades – ABC. Aplicação de Custos Indiretos de Fabricação. Materiais Diretos. Mão de Obra Direta. Custos para Decisão. Custo Fixo, Lucro e Margem de Contribuição. Custeio Variável. Relação Custo/Volume. Tipos de custeio e suas finalidades. Custos Padrão. Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Lei nº 11.945 de 4 de junho de 2009.

PARA O CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – DESENHO INDUSTRIAL

Projeto visual gráfico e Programação Visual; produção gráfica; editoração eletrônica – softwares mais utilizados (CorelDraw, InDesign e Photoshop). Criação de identidades corporativas como logotipo/logomarca e construção do manual de identidade visual , sinalização, embalagens e toda abrangência de mídia impressa, diagramação e finalização de materiais gráficos e on-line como revistas, livros, folhetos, convites, anúncios, folders, cartazes, catálogos, cartões, rótulos. Criação de peças para impressão digital como faixa, banner, painel, outdoor. Criação de flyers, websites, webdesign, intranet, extranet, banner, e-mail marketing. Conhecimentos de fotografia básica e fotografia aplicada ao design gráfico, produção gráfica, animação, modelagem de sólidos, tratamento de imagens. Pesquisa de mercado, identificando as demandas reais, assimilando inovações e influenciando construtiva e conscientemente na sociedade. Desenvolvimento de identidade corporativa. Design virtual para software e CD-ROM. Ilustração.

PARA O CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – INFORMÁTICA EM ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS

Conceitos Básicos: Organização de Computadores; Álgebra Booleana; Sistemas de Numeração e Representação de Dados; Concorrência (esquemas de sincronização, deadlocks); Redes Locais; Web Services. Técnicas e Linguagens de Programação: Programação estruturada; Sub-rotinas (passagem de parâmetros por endereço, referência e valor); Escopo de Variáveis; Tipos de dados; (vinculação, verificação de tipos, tipificação forte). Fundamentos de banco de dados: Teoria de Banco de Dados. Conceitos – Sistemas de gerência de banco de dados (SGBD), Arquitetura, modelos lógicos e representação física, Organização física e métodos de acesso, Conceito de transação, concorrência, recuperação, integridade, Linguagens de definição (DDL) e manipulação de dados (DML) em SGBDs relacionais, Procedimentos (stored procedures), visões (views), gatilhos (triggers). Banco de Dados Relacional. Banco de Dados Orientado a Objetos. Banco de Dados Objeto-Relacional. Noções básicas de banco de dados geográfico. **Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados:** Oracle, Postgre, MySQL: Fundamentos, instalação, administração e configuração; performance, ajustes finos e detecção de problemas, análise e otimização de consultas e acessos. Banco de Dados Oracle: Usuários e Permissões. Objetos (Tabelas, Views, Sequências, Índices). SQL Oracle. PL/SQL. Objeto Relacional Oracle. Oracle Spatial. Administração de bancos de dados relacionais: Projeto e implantação de SGBDs relacionais, Administração de usuários e perfis de acesso, Controle de proteção, integridade e concorrência, Backup e restauração de dados, Tolerância a falhas e continuidade de operação Backup e Recovery: Ferramentas de Backup. Metodologias de Backup (Integral, Diferencial). Performance e Tuning: Conceitos. Ferramentas. Índices e otimização de acesso, Otimização de código SQL ANSI (tuning), uso do join, union, exists e subconsultas. Sistemas Operacionais: Windows Server e Linux (**principais distribuições**). Rede e Conectividade. Backup e Segurança

PARA O CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – INFORMÁTICA EM INFRAESTRUTURA

Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos: Arquiteturas de rede, topologias, equipamentos de conexão e transmissão, QOS, Modelo OSI da ISO, Arquitetura e protocolos TCP/IP, Nível de aplicação TCP/IP: DNS, FTP, NFS, TELNET, SMTP, HTTP, LDAP, DHCP, IPSEC, SSH, SNMP e NAT, noções básicas de Ipv6, conceitos de Storage (NAS e SAN). Ambiente LINUX: Instalação e suporte a TCP/IP, DHCP, DNS, NIS, CIFS, NFS, serviços de impressão em rede, instalação e configuração do Servidor Apache, integração com ambiente Windows, Linguagens de Script. Ambiente Microsoft Windows 2003/2008: Instalação e suporte de TCP/IP, DHCP, DNS; Active Directory, IIS, Terminal Services, serviços de arquivo e impressão em rede, integração com ambiente Linux, linguagens de Script. Segurança da Informação: Segurança física e lógica, firewall e proxies, criptografia, VPN, softwares maliciosos (Vírus, Spywares, Rootkit, etc), sistemas de detecção de intrusão, certificação digital. Arquitetura de Computadores e Computação de Alto Desempenho: Arquiteturas RISC e CISC, organização do processador, organização de memória, conceitos de concorrência, paralelismo e computação distribuída, taxonomia de Flynn, arquiteturas de sistemas distribuídos: SMP e MPP, conceitos básicos de computação em aglomerados (Cluster) e de computação em grades (Grids), balanceamento de carga, avaliação de desempenho. Gerência de projetos: conceitos básicos, processos do PMBOK última versão, gerenciamento do escopo, gerenciamento do tempo, gerenciamento de custos, gerenciamento de recursos humanos, gerenciamento de riscos, gerenciamento das comunicações, gerenciamento da qualidade, gerenciamento de aquisições, estudo de viabilidade técnica e econômica, análise de risco, métricas para estimativas de prazo e custo. Sistemas Operacionais: Estrutura do SO, gerência do processador, gerência de memória, sistemas de arquivos, entrada e saída, conceitos básicos de compiladores, RAID. Banco de Dados: Noções de independência de dados, abordagem relacional, modelagem entidade-relacionamento, Gatilhos (triggers) e procedimentos armazenados (Stored procedures), linguagem SQL, conceitos de alta disponibilidade, gerência de transações, gerência de bloqueios, gerência de desempenho. Programação: Algoritmos e estruturas de dados, depuração de código em Java, noções de engenharia de software, linguagem de marcação: HTML e XML, noções de programação em Java (JEE, Servlets, JSP e EJB). Gerenciamento de Serviços de TI: Conceitos da biblioteca ITIL, Suporte a serviços, domínio dos processos COBIT. Raciocínio Lógico: Sentido lógico-matemático convencional dos conectivos, argumentos, a lógica sentencial, a lógica de predicados de primeira ordem, regras de formação de fórmulas, sistemas dedutivos, decidibilidade da lógica sentencial, valores-verdade, funções de avaliação. Gestão da Segurança da Informação: Conceitos gerais, Políticas de Segurança de Informação, classificação de Informações, Norma ISO 27002:2005. Segurança em Infra-Estrutura de Rede Cabeadas e Redes sem Fios. Serviços de Criptografia e Autenticação e Serviços de Certificação Digital e Infra-Estruturas de Chaves Públicas (PKI). Segurança em Sistemas Operacionais Windows e Linux. Segurança em Aplicações Web e em Banco de Dados. Ferramentas de Segurança da Informação. Sistemas de Análises de Vulnerabilidades e Tecnologias de Controle e Monitoramento.

PARA O CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – INFORMÁTICA EM SISTEMAS

Arquitetura de computadores: Conceitos básicos; sistemas de numeração, modelos de conjunto de instruções e modos de endereçamento, bloco operacional, bloco de controle e organização de memória. Sistemas Operacionais: Conceitos básicos, gerência de filas, entrada e saída, gerência de memória, gerência de arquivos, sistemas operacionais distribuídos. Banco de Dados: Conceito de banco de dados relacional e multidimensional, modelagem conceitual, lógica e relacional de banco de dados, linguagem SQL padrão ANSI-92, Triggers e Stored procedures, processamento de transações, programação de um SGBD relacional: MySQL, PostGree SQL e ORACLE. Conceitos e tecnologias relacionadas à Internet: Protocolos relevantes para aplicações Internet, princípios e arquitetura da Internet, linguagens de marcação, transformação e apresentação, acessibilidade: conceitos, xHTML, HTML5. Gerência de projetos: conceitos básicos, processos do PMBOK última versão, gerenciamento do escopo, gerenciamento do tempo, gerenciamento de custos, gerenciamento de recursos humanos, gerenciamento de riscos, gerenciamento das comunicações, gerenciamento da qualidade, gerenciamento de aquisições, estudo de viabilidade técnica e econômica, análise de risco, métricas para estimativas de prazo e custo. Raciocínio lógico: Lógica Sentencial e de primeira ordem, enumeração por recurso, Contagem: princípio aditivo e multiplicativo. Segurança da Informação: Conceitos gerais, políticas de Segurança de Informação, classificação de informações, norma ISO 27002, Segurança em Aplicações Web e em Banco de Dados. Arquitetura de Sistemas: Sistemas de três camadas, padrões de projeto, aplicações distribuídas, portais, servidores de aplicação, interoperabilidade, sistemas integrados de gestão (ERP). Engenharia de Software: Ciclo de vida, metodologias de desenvolvimento, processo unificado: requisitos, análise, projeto, testes, UML, métricas. Estrutura de dados e algoritmos: Conceitos básicos de estruturas de dados, algoritmos e estruturas para pesquisa, algoritmos e estruturas de ordenação. Linguagens de Programação: Linguagem JAVA, utilizando como framework de integração o

jCompany adotado como padrão de desenvolvimento do Governo do Estado do Espírito Santo, conceitos básicos e características estruturais das linguagens de programação e conceitos de orientação a objetos. Sistemas de informações gerenciais: BD Relacionais x BD Multidimensionais, conceitos de OLTP, OLAP, MOLAP, ROLAP. Análise por pontos de função: Tipos de contagem e o procedimento de contagem de pontos de função. Definições: fatos, Dimensões, Modelagem Multidimensional e Conceitos de Datawarehousing. Qualidade de Software: Noções de CMM e CMMI e Norma ISO 9001:2000. Noções de Governança de TI e COBIT 4.0.

PARA O CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – PLANEJAMENTO

Gestão estratégica, gestão estratégica orientada a resultados, gestão de pessoas, gestão de comunicação, planejamento estratégico, planejamento, estratégia organizacional, planejamento financeiro, gestão financeira e orçamentária, noções de diferenciação de programas, projetos, e subprojetos, gestão de processos, gestão de projetos, metodologia PMI (project management institute) contexto e processos da gerência de projetos, gerenciamento da integração do projeto, gerenciamento de escopo, gerenciamento de prazo do projeto, gerenciamento da qualidade do projeto, gerenciamento dos recursos humanos do projeto, gerenciamento das comunicações do projeto, gerenciamento dos riscos do projeto, gerenciamento das aquisições do projeto, análise e estudo de viabilidade técnica e econômica de projetos e produtos, gestão de projetos no âmbito da administração pública, ética e responsabilidade social em gerenciamento de projetos, perfil de gerentes de projetos, desenvolvimento sustentável, administração pública, PPA (plano plurianual), LOA (lei orçamentária anual). Desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Programa Nacional de Ater na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Organização rural. Associativismo e cooperativismo. Comercialização. História do desenvolvimento da Ater no Brasil. Multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura. Abordagem sistêmica. Relação da agricultura familiar com o mercado. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Noções de pesquisa e experimentação agropecuária.

PARA O CARGO DE AGENTE DE SUPORTE EM DESENVOLVIMENTO RURAL – REVISOR COM HABILITAÇÃO EM PORTUGUÊS/ INGLÊS

Língua Portuguesa:

Morfossintaxe: funções sintáticas. Interpretação e análise crítica de textos. Estruturas linguísticas e elementos semânticos do texto. Texto e contexto: análise de textos comparada a elementos sócio-político-culturais do Brasil de ontem e de hoje. Semântica, estilística e conhecimentos de linguística: funções da linguagem; níveis de linguagem; análise de gêneros e estilos de textos; textos literários e não literários, textos objetivos e subjetivos; textos informativos, didáticos, argumentativos, a pessoalidade e a impessoalidade na criação de textos; linguagem poética. Produção de textos. Elementos estruturais do texto: frase, oração e período; coordenação e subordinação; parágrafo-padrão e tópico frasal. Coesão textual: anafóricos e articuladores. Coerência textual: meta-regras da repetição, progressão, não contradição e relação. Aspectos intrínsecos (conteúdo e essência) e extrínsecos (forma e estilo) do texto: qualidades de harmonia, coesão, coerência, concisão, objetividade e clareza, correção gramatical e domínio do tema; vícios de prolixidade, linguagem rebuscada, verbosidade, frases e períodos muito longos, uso exagerado de chavões ou clichês. Elaboração de resumo e resenha crítica. Manual de Redação da Presidência da República.

Língua Inglesa:

Estratégias de leitura: compreensão geral do texto; reconhecimento de informações específicas; capacidade de análise e síntese; inferência e predição; reconhecimento do vocabulário mais frequente em quaisquer tipos de textos; sinonímia e antonímia; palavras cognatas e falsos cognatos; funções retóricas; percepção de metáforas e metonímias. **Produção de textos.** Aspectos gramaticais: uso de artigos definidos e indefinidos; tempos e modos verbais; uso de preposições, conjunções, pronomes e modais; comparação; concordância nominal e verbal; formação e classe de palavras; expressões idiomáticas; relações de subordinação e coordenação; voz passiva, discursos direto e indireto. Elementos de coesão e coerência. Revisão, tradução e versão de textos **técnicos e científicos.**

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EXTENSÃO) – ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Agricultura: fatores edafoclimáticos (temperatura, disponibilidade de água, umidade relativa do ar, luminosidade, acidez/alcalinidade e aeração). Fertilidade dos solos e nutrição mineral de plantas (elementos essenciais e sua disponibilidade, adubação e fertilizantes, correção do solo e corretivos). Tratos culturais (principais práticas culturais e particularidades de lavouras de importância econômica). Calendário agrícola (épocas de preparo do solo, de plantio, de realização de tratamentos culturais, e da colheita das principais culturas nas diversas regiões do Brasil). Controle de ervas daninhas (diferentes métodos e sua eficiência). Principais pragas e doenças e métodos de controle. Pecuária: bovinocultura (de corte e leiteira), suinocultura e avicultura: manejo (conhecimento das particularidades de cada espécie explorada). Sanidade (controle e prevenção das principais doenças e parasitoses). Principais raças e aptidões. Reprodução (ciclo reprodutivo e técnicas promotoras de maiores produtividades). Índices zootécnicos (taxas de natalidade, desfrute). Economia Agrícola: interpretação analógica e digital de imagens obtidas através de sensores remotos, aplicada a mapeamentos de solos; gênese do solo; processos e fatores de formação dos solos; características físicas, químicas e mineralógicas dos solos; principais atributos do solo para fins de classificação. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos; aplicações dos estudos / levantamentos de solos. Atividades e serviços agropecuários e não agropecuários. Administração de propriedades rurais para ordenamento de atividades produtivas, inclusive para obtenção de financiamento com instituições bancárias. Estudos de caráter socioeconômico em agronomia como base para planejamento das atividades. Métodos e meios da extensão rural. Metodologias participativas de extensão rural. Desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Programa Nacional de Ater na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Organização rural. Associativismo e cooperativismo. Comercialização. História do desenvolvimento da Ater no Brasil. Papel do extensionista para o desenvolvimento rural. Multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura. Abordagem sistêmica. Relação da agricultura familiar com o mercado. Boas práticas agropecuárias. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Noções de pesquisa e experimentação agropecuária.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EXTENSÃO) – ENGENHEIRO FLORESTAL

Paisagismo. Biodiversidade e recuperação de áreas degradadas. Manejo e conservação dos solos e de sementes. Produção de mudas em viveiros florestais. Planejamento de parques e jardins. Sistemas de arborização na cidade. Programas e projetos voltados para produção de florestas com fins comerciais. Planejamento, supervisão e coordenação de estudos de viabilidade técnico-econômica e ambiental de empreendimentos florestais. Métodos e meios da extensão rural. Metodologias participativas de extensão rural. Desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Programa Nacional de Ater na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Organização rural. Associativismo e cooperativismo. Comercialização. História do desenvolvimento da Ater no Brasil. Papel do extensionista para o desenvolvimento rural. Multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura. Abordagem sistêmica. Relação da agricultura familiar com o mercado.

Boas práticas agropecuárias. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Noções de pesquisa e experimentação agropecuária.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EXTENSÃO) – ENGENHEIRO DE ALIMENTOS

Tecnologia de produtos de origem vegetal e animal. Tecnologia de Bebidas. Tecnologia da Panificação. Microbiologia de Alimentos: microrganismos benéficos, deteriorantes e patogênicos. Métodos de Conservação e Armazenamento de Alimentos: matérias-primas e produtos acabados. Deterioração de Alimentos. Doenças Transmitidas por Alimentos. Boas Práticas de Fabricação – BPF, Procedimentos Padrões de Higiene Operacional – PPHO e Análise de Pontos Críticos de Controle – APPCC. Rotulagem de Alimentos e Bebidas. Gerenciamento e Tratamento de Resíduos Agroindustriais. Inspeção e Vigilância Sanitária de Alimentos. Legislação sanitária e padrões aplicados à produção e comercialização de produtos de origem animal e vegetal. Legislação de rotulagem de alimentos processados. Legislação ambiental aplicável à atividade. Legislação inerente à inspeção e fiscalização de alimentos. Planejamento e coordenação, execução de programas e desenvolvimento de ações de extensão rural relacionadas à agroindustrialização de produtos de agricultura familiar. Projetos agroindustriais. Desenvolvimento de embalagens e rótulos para os produtos processados. Métodos e meios da extensão rural. Metodologias participativas de extensão rural. Desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Programa Nacional de Ater na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Organização rural. Associativismo e cooperativismo. História do desenvolvimento da Ater no Brasil. Papel do extensionista para o desenvolvimento rural. Multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura. Abordagem sistêmica. Relação da agricultura familiar com o mercado. Boas práticas agropecuárias. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Noções de pesquisa e experimentação agropecuária.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EXTENSÃO) – ECONOMISTA DOMÉSTICO

Implementação de políticas públicas, programas e pesquisas para o desenvolvimento rural sustentável. Planejamento, orientação e execução de programas e ações de caráter econômico, alimentar, social, educativo e de saúde da população rural. Operacionalização e alternativas para melhoria da renda familiar, capacitando e orientando em tecnologias de conservação, processamento artesanal de alimentos e artesanato. Programas e/ou pesquisas em educação do consumidor, orçamento e gestão de recursos da família rural. Ações relacionadas à organização rural. Atividades de subsistência da família nas comunidades rurais. Programas e/ou pesquisas sobre a condição da mulher em relações de gênero. Métodos e meios da extensão rural. Metodologias participativas de extensão rural. Desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Programa Nacional de Ater na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Organização rural. Associativismo e cooperativismo. Comercialização. História do desenvolvimento da Ater no Brasil. Papel do extensionista para o desenvolvimento rural. Multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura. Abordagem sistêmica. Relação da agricultura familiar com o mercado. Boas práticas agropecuárias. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Noções de pesquisa e experimentação agropecuária.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EXTENSÃO) – ENGENHEIRO DE PESCA

Aquicultura. Monitoramento da pesca em reservatórios, lagoas e rios. Reprodução de espécies da ictiofauna em cativeiro. Manejo e gestão dos estoques pesqueiros. Manejo da ictiofauna. Repovoamento de reservatórios, rios e lagoas com espécies nativas. Legislação da pesca. Normas de inspeção dos produtos e subprodutos de origem pesqueira: procedimentos e tecnologia adequados ao processamento, industrialização, conservação e estocagem. A água na indústria pesqueira: origem, qualidade e destino da água servida. Condições físicas, químicas e biológicas do ambiente aquático, estabelecendo métodos de exploração sem causar danos ecológicos. Planejamento e direção de projetos pesqueiros, coordenando a mão de obra, definindo os equipamentos necessários e administrando os recursos financeiros. Investigação por meio de métodos estatísticos da qualidade e da quantidade das espécies em uma determinada região. Estudos acerca do ambiente ecológico onde vive o pescado, analisando e classificando as espécies da fauna aquática. Planejamento socioeconômico das comunidades de pescadores. Normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Métodos e meios da extensão rural. Metodologias participativas de extensão rural. Desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Programa Nacional de Ater na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Organização rural. Associativismo e cooperativismo. Comercialização. História do desenvolvimento da Ater no Brasil. Papel do extensionista para o desenvolvimento rural. Multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura. Abordagem sistêmica. Relação da agricultura familiar com o mercado. Boas práticas agropecuárias. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Noções de pesquisa e experimentação agropecuária.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EXTENSÃO) – ZOOTECNIA/ PECUÁRIA

Gestão da propriedade de leite e de corte: planejamento; indicadores de desempenho; custo de produção; parâmetros para avaliação econômica. Melhoramento genético: raças; cruzamentos; escrituração zootécnica; interpretação de sumário de touros; descarte de vacas. Manejo reprodutivo: avaliação da eficiência reprodutiva; nutrição no pré e pós-parto das vacas. Biotécnicas: inseminação artificial; sêmen sexado; transferência de embriões; produção *in vitro* de embriões e clonagem. Sistema silvipastoril para produção de leite e de carne: objetivos; vantagens e implantação. Pastagem: fisiologia de plantas forrageiras; formação, recuperação e renovação de pastagens; métodos e sistemas de pastejo; valor nutritivo e potencial de plantas forrageiras. Produção, conservação, utilização e manejo de plantas forrageiras: capineira, canavial, silagem (cana, capim, milho e sorgo), feno. Nutrição: aparelho digestivo dos ruminantes; exigências nutricionais; valor nutritivo dos alimentos; balanceamento de ração (leite e corte); mineralização; alimentação de vacas, de novilhas, de novilhos e de touros. Ambiência em condições de pasto: etologia; conforto e bem-estar do animal; interação homem-animal. Criação de bezerros (macho e fêmea): cuidados com a vaca gestante e manejo da mãe/cria; sistemas de aleitamento; desmama precoce; alimentação e instalações. Qualidade do leite: higiene na ordenha e análises do leite. Agroindustrialização de produtos de origem animal, com vistas ao atendimento às normas de qualidade dos produtos e boas práticas de fabricação. Erradicação de doenças determinadas pelo MAPA. Decreto 6.882/09 do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instrução Normativa 64/08 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto 6.323/07. Métodos e meios da extensão rural. Metodologias participativas de extensão rural. Desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Programa Nacional de Ater na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Organização rural. Associativismo e cooperativismo. Comercialização. História do desenvolvimento da Ater no Brasil. Papel do extensionista para o desenvolvimento rural. Multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura. Abordagem sistêmica. Relação da agricultura familiar

com o mercado. Boas práticas agropecuárias. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Noções de pesquisa e experimentação agropecuária.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EXTENSÃO) – ZOOTECNIA/ AQUICULTURA

CONCEITOS BÁSICOS EM AQUICULTURA: Diferentes modalidades de aquicultura continental e marinha; Desenvolvimento sustentável e ordenamento da atividade; Conceitos sobre meio ambiente e legislação aquícola; Transferência de técnicas de elaboração e avaliação de projetos técnicos e econômicos. **SISTEMAS DE PRODUÇÃO AQUÍCOLAS:** Métodos de cultivo de peixes, camarões, mexilhões, ostras, algas, pectídeos; Aspectos biológicos relacionados ao cultivo, sistemas de cultivo adequados às condições brasileiras, obtenção de sementes e alevinos, estruturas de cultivo, avaliação do crescimento e produção, elaboração de projetos zootécnicos, ordenamento e sustentabilidade dos cultivos. **NOÇÕES DE REPRODUÇÃO DE PEIXES CONTINENTAIS E MARINHOS:** Mecanismos e processos biológicos e fisiológicos envolvidos durante o ciclo reprodutivo de peixes tropicais de interesse comercial, bem como os pré-requisitos e técnicas de manejo adequadas para emprego de agentes indutores em reprodutores (matrizes) passíveis de aplicação hormonal. **ANÁLISE SOCIOECONÔMICA APLICADA À AQUICULTURA:** Conhecimento básico de aspectos socioeconômicos a serem utilizados como ferramentas na análise das cadeias produtivas da aquicultura continental e marinha, integrando conhecimentos técnicos sobre a atividade com a ação dos atores envolvidos no processo produtivo. Caracterização dos sistemas de produção; modelos de desenvolvimento rural e assistência técnica na extensão pesqueira e aquícola; mecanismos de difusão de tecnologia, discussão das políticas públicas disponíveis para o setor aquícola e gestão de empreendimentos aquícolas. **NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE ORGANISMOS AQUÁTICOS:** Fundamentos da alimentação e nutrição; avaliação de alimentos para a nutrição de peixes; exigências nutricionais de peixes onívoros, carnívoros e crustáceos; distúrbios de caráter nutricional; processamento de rações; manejo alimentar; noções básicas de formulação de ração e uso de resíduos de abatedouro de peixes como alimento para a nutrição animal. **QUALIDADE DA ÁGUA PARA AQUICULTURA. BENEFICIAMENTO E PROCESSAMENTO DE PESCADO. ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CRÉDITO.** Métodos e meios da extensão rural. Metodologias participativas de extensão rural. Desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Programa Nacional de Ater na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Lei nº 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Organização rural. Associativismo e cooperativismo. Comercialização. História do desenvolvimento da Ater no Brasil. Papel do extensionista para o desenvolvimento rural. Multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura. Abordagem sistêmica. Relação da agricultura familiar com o mercado. Boas práticas agropecuárias. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Noções de pesquisa e experimentação agropecuária.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – FITOPATOLOGIA

Princípios e conceitos em fitopatologia; etiologia das doenças de plantas; isolamento, extração e purificação de fitopatógenos. Diagnóstico de doenças de plantas; utilização de métodos microscópicos, de cultura *in vitro*, imunológicos e moleculares na identificação de fitopatógenos; Doenças de plantas e estudos epidemiológicos. Estratégias de proteção, imunização e resistência genética, controle integrado e manejo das culturas de importância econômica para o Espírito Santo (Abacaxi, banana, café conilon, café arábica, citros, crucíferas, coco, feijão, goiaba, mamão, maracujá, morango, pimentão, pimenta do reino, tomate e videira). Quarentena e defesa sanitária vegetal. Estratégias de controle biológico, químico e genético de doenças de planta com importância econômica. Técnicas de isolamento, purificação e extração de fitopatógenos. Multiplicação de agentes de controle biológico e sua aplicação em sistemas de produção. Desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Abordagem sistêmica. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – ZOOTECNIA

Gestão da propriedade de leite e de corte: planejamento; indicadores de desempenho; custo de produção; parâmetros para avaliação econômica. Melhoramento genético: raças; cruzamentos; escrituração zootécnica; interpretação de sumário de touros; descarte de vacas. Manejo reprodutivo: avaliação da eficiência reprodutiva; nutrição no pré e pós-pasto das vacas. Biotécnicas: inseminação artificial; sêmen sexado; transferência de embriões; produção *in vitro* de embriões e clonagem. Sistema silvipastoril para produção de leite e de carne: objetivos; vantagens e implantação. Pastagem: fisiologia de plantas forrageiras; formação, recuperação e renovação de pastagens; métodos e sistemas de pastejo; valor nutritivo e potencial de plantas forrageiras. Produção, conservação, utilização e manejo de plantas forrageiras: capineira, canavial, silagem (cana, capim, milho e sorgo), feno. Nutrição: aparelho digestivo dos ruminantes; metabolismo dos nutrientes; exigências nutricionais; valor nutritivo dos alimentos; balanceamento de ração (leite e corte); mineralização e vitaminas; alimentação de vacas, de novilhas, de novilhos e de touros; novas formas de redução da emissão de gás metano e de seus impactos no meio ambiente. Fracionamento dos compostos nitrogenados: A, B₁, B₂, B₃ e C. Fracionamento dos carboidratos: A, B₁, B₂ e C. Ambiência em condições de pasto: etologia; conforto e bem-estar do animal; interação homem-animal. Criação de bezerras (macho e fêmea): cuidados com a vaca gestante e manejo da mãe/cria; sistemas de aleitamento; desmama precoce; alimentação e instalações. Qualidade do leite: higiene na ordenha e análises do leite. Metodologia científica: projeto de pesquisa; planejamento de experimento; coleta, elaboração, análise estatística, interpretação e representação dos dados. Desenvolvimento rural sustentável. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Abordagem sistêmica. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – CULTURA DE TECIDOS/ BIOTECNOLOGIA

Natureza e propriedade de cultura de tecidos e células vegetais. Manipulação e transformação de plantas; uso de marcadores genéticos e moleculares em programas de seleção assistida. Cultura *in vitro* de células e tecidos, cultura de meristema, cultura de embrião, embriogênese somática, cultura de calos e células em suspensão, cultura de protoplastos, avaliando interações das células com o ambiente de cultura e implicações no metabolismo celular para desenvolvimento de sistemas de transformação genética, sistemas de conservação *in vitro*, criopreservação de germoplasma vegetal e micropropagação. Interação do ambiente e metabolismo celular. Técnicas de cultura de células e tecidos vegetais e estudos da biologia *in vitro* de plantas com interesse econômico para o Espírito Santo (Abacaxi, banana, café conilon, citros, goiaba, mamão, maracujá, morango, e videira). Desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – ENTOMOLOGIA

Características gerais dos insetos; receituário agrônomo; métodos de controle integrado de pragas de plantas; manejo Integrado de pragas; pragas das principais culturas/atividades no ES: cafeeiro, pastagens, pecuária, produtos armazenados, mamoeiro, abacaxizeiro, maracujazeiro, bananeira e hortaliças. Biologia e dinâmica populacional de pragas de interesse agrícola, seus parasitos e predadores. Identificação de pragas em plantas de interesse econômico com a utilização de métodos microscópicos e/ou moleculares. Técnicas para criação de artrópodes; multiplicação de agentes de controle biológico e sua aplicação a sistemas de produção. Sistemas de controle integrado via controles mecânico e físico, controle com inimigos naturais, manejo de inseticidas seletivos, resistência de plantas, semioquímicos, utilização de organismos geneticamente modificados, bem como controle mediante métodos de cultivo e noções de quarentena e defesa sanitária vegetal. Desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – FITOTECNIA (MANEJO OLERÍCOLAS)

Aspectos Gerais da Olericultura: Situação nacional e estadual (produção e rendimento, principais regiões e Estados Produtores) das principais olerícolas, histórico das principais olerícolas no Brasil, importância nutracêutica das olerícolas, importância econômica e social e características da Olericultura. **Classificação e características:** classificação baseada nas partes utilizadas na alimentação, principais famílias e espécies cultivadas comercialmente: *Cucurbitaceae* (abobora, moranga, abobrinha, pepino e melão); *Solanaceae* (batata, tomate e pimentão); *Alliaceae* (cebola e alho); *Brassicaceae* (repolho, couve-flor, brócolo); *Fabaceae* (ervilha e feijão de vagem); *Rosaceae* (morango); *Chenopodiaceae* (beterraba); *Apiaceae* (cenoura e batata baroa); *Chicoreaceae* (alfaca); *Zingiberaceae* (gingibre); *Araceae* (taro). Principais cultivares das principais espécies. **Sistemas de manejo:** Propagação de hortaliças, Produção de mudas e implantação da cultura, Semeadura direta e indireta, Propagação sexuada: vantagens e desvantagens, germinação, dormência, Propagação assexuada: vantagens e desvantagens, métodos naturais e artificiais, Escolha de área para o cultivo, Sistemas de condução e tratamentos culturais: tutoramento, desbrota, poda, capina mecânica e química e condução das plantas, Propagação pela cultura de tecidos. **Ecofisiologia das principais olerícolas:** exigências climáticas (temperatura, fotoperíodo e umidade) no desenvolvimento vegetativo, em diferentes ambientes de cultivos), épocas de plantio, sistemas de produção de hortaliças: cultivo a campo, em ambiente protegido e cultivos sem solo, controle de aspectos climáticos, anomalias fisiológicas associada a fatores climáticos. **Rotação, consorciação e sucessão de culturas:** princípios da rotação de cultivos, Seleção de espécies para rotação, Plantas companheiras, Importância da consorciação de plantas olerícolas, Critérios para a implantação de cultura sucessivas. **Manejo de água nas principais culturas e diferentes sistemas de cultivo:** Controle da irrigação, Principais sistemas de irrigação. **Pragas e doenças das principais olerícolas:** fatores bióticos e abióticos associados à proliferação de pragas e doenças, manejo integrado de pragas, manejo integrado de doenças, tecnologia de aplicação de defensivos. **Adubação e aspectos nutricionais:** correção do solo, adubação mineral, adubação orgânica, interação entre nutrientes, Diagnóstico do estado nutricional das plantas, Distúrbios fisiológicos associados à nutrição. **Características e viabilidade sócioeconômica e ambiental dos sistemas de produção:** convencional, orgânica e de produção integrada. **Colheita, armazenamento e comercialização:** Aspectos físicos, bioquímicos e microbiológicos de pré-colheita, na colheita e pós-colheita, que podem afetar a conservação e a qualidade das olerícolas, seleção, classificação, embalagem e distribuição de olerícolas, requisitos necessários para o armazenamento de olerícolas (pré-resfriamento, armazenamento refrigerado, a vácuo e com atmosfera controlada e modificada), cuidados especiais para o transporte de olerícolas, Manejo e segurança dos alimentos, Legislação na comercialização dos produtos. **Fisiologia de Pós Colheita:** maturação fisiológica dos frutos, fatores determinantes do ponto de colheita das principais espécies olerícolas, prevenção de perdas na pós-colheita. Controle dos fatores ambientais durante o armazenamento, alterações fisiológicas na pós-colheita. Desenvolvimento rural sustentável. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Lei nº 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Abordagem sistêmica. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – FITOTECNIA (MANEJO FRUTEIRAS)

Aspectos Gerais da Fruticultura: situação nacional e estadual (produção e rendimento, principais regiões e estados produtores) das principais fruteiras de clima tropical, temperado e subtropical; Histórico das principais fruteiras no Brasil; características da produção de frutas no Estado do Espírito Santo – Polos de Frutas no Espírito Santo; Importância nutracêutica das frutíferas e Importância econômica e social. **Classificação e características:** Principais famílias e espécies cultivadas comercialmente no Espírito Santo; Principais cultivares das espécies introduzidas nos Polos de Frutas do Estado. **Sistemas de manejo:** Propagação de fruteiras; Produção de mudas e implantação da cultura; Propagação sexuada: vantagens e desvantagens, germinação, dormência; Propagação assexuada: vantagens e desvantagens, métodos naturais e artificiais; Escolha de área para o cultivo; Sistemas de condução e tratamentos culturais (tutoramento, desbrota, poda, capina mecânica e química e condução das plantas); Propagação pela cultura de tecidos. **Ecofisiologia das principais fruteiras com potencialidades para o Espírito Santo:** Exigências climáticas (temperatura, fotoperíodo e umidade) no desenvolvimento vegetativo, em diferentes ambientes de cultivos; Épocas de plantio; Sistemas de produção de fruteiras; Anomalias fisiológicas associada a fatores climáticos. **Rotação, consorciação e sucessão de culturas:** Princípios da rotação de cultivos; Seleção de espécies para rotação; Desafios da consorciação de fruteiras plantadas para atendimento do mercado em grande escala. **Manejo de água nas principais culturas e diferentes sistemas de cultivo:** Controle da irrigação, Principais sistemas de irrigação. **Pragas e doenças das principais fruteiras:** Fatores bióticos e abióticos associados à proliferação de pragas e doenças, Manejo integrado de pragas, Manejo integrado de doenças, Tecnologia de aplicação de defensivos. **Adubação e aspectos nutricionais:** Correção do solo, Adubação mineral, Adubação orgânica, Interação entre nutrientes, Diagnóstico do estado nutricional das plantas, Distúrbios fisiológicos associados à nutrição. **Características e viabilidade sócioeconômica e ambiental dos sistemas de produção:** convencional, orgânica e de produção integrada: Produção Convencional, Produção Integrada de frutas, Produção orgânica de frutas, Produção agroecológica. **Colheita, armazenamento e comercialização:** aspectos físicos, bioquímicos e microbiológicos de pré-colheita, na colheita e pós-colheita, que podem afetar a conservação e a qualidade das frutas, seleção, classificação, embalagem e distribuição de frutas, Requisitos necessários para o armazenamento de frutas (pré-resfriamento, armazenamento refrigerado, a vácuo e com atmosfera controlada e modificada), Cuidados especiais para o transporte de frutas, Manejo e segurança dos alimentos. **Fisiologia de Pós Colheita:** Maturação fisiológica dos frutos, Fatores determinantes do ponto de colheita das principais espécies de fruteiras, Prevenção de perdas na pós-colheita, Controle dos fatores ambientais durante o armazenamento e Alterações fisiológicas na pós-colheita. **Mercado:** Potencialidades e desafios do Nacional e Internacional, Frutas in natura, Frutas para industrialização e Exigências da Legislação para comercialização dos frutos em nível Nacional e Internacional. Desenvolvimento rural sustentável. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Lei nº 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Abordagem sistêmica. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – FITOTECNIA GERAL

Situação mundial, nacional e do estado do Espírito Santo, para a produção de alimentos de origem vegetal: principais culturas (produção e rendimento, principais regiões e estados produtores), incluindo: café, fruteiras, olerícolas, cacau, flores, pimenta do reino e especiarias, milho e feijão; plantas para produção de biodiesel e culturas de exportação da agricultura do Brasil e do Espírito Santo. **Sementes e mudas:** produção de sementes e mudas, dormência e germinação de sementes, propagação vegetativa, dormência e tuberização, implantação e condução de viveiros e enxertia. **Nutrição mineral de plantas:** correção do solo, adubação mineral, adubação orgânica, critérios de essencialidade, absorção iônica radicular, transporte e redistribuição, absorção foliar, funções dos macronutrientes e dos micronutrientes, interação entre nutrientes, diagnóstico do estado nutricional das plantas e distúrbios fisiológicos associados à nutrição. **Crescimento e Metabolismo das plantas:** fotossíntese, fixação de carbono e síntese de carboidratos, assimilação e metabolismo de nutrientes minerais, translocação de assimilados, respiração, funções e propriedades da água, principais grupos de hormônios envolvidos no crescimento e desenvolvimento de plantas, juvenildade, floração, frutificação, maturação, senescência e abscisão, crescimento e desenvolvimento dos frutos (padrões de crescimento, maturação, amadurecimento e senescência). **Sistemas de cultivo:** sistemas de manejo para monocultura e consórcio, semeadura direta e indireta, propagação sexuada: vantagens e desvantagens, germinação, dormência, propagação assexuada: vantagens e desvantagens, métodos naturais e artificiais, escolha de área para o cultivo, época de plantio e implantação das culturas, sistemas de condução e tratamentos culturais: forma de distribuição das plantas (arranjo e população de plantas), tutoramento, desbrota, poda, capina mecânica e química e condução das plantas, princípios da rotação de cultivos, seleção de espécies para rotação, plantas companheiras, critérios para a implantação de culturas sucessivas, épocas de colheita e sistema de plantio direto. **Manejo de solos e exploração de recursos naturais. Manejo de água nas principais culturas e diferentes sistemas de cultivo:** controle da irrigação e principais sistemas de irrigação. **Manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas. Tecnologia de aplicação de defensivos:** segurança do trabalhador na aplicação, equipamentos para a aplicação de defensivos, calibração dos equipamentos de pulverização, condições ambientais na aplicação de defensivos agrícolas e destino final das embalagens vazias. **Características e viabilidade sócio-econômica e ambiental dos sistemas de produção:** convencional, orgânica e de produção integrada. **Colheita, armazenamento e comercialização:** manejo na pré-colheita, na colheita e pós-colheita, que podem afetar a conservação e a qualidade de produtos perecíveis e não perecíveis, ponto de colheita, seleção, classificação, embalagens e distribuição de produtos perecíveis e não perecíveis, requisitos necessários para o armazenamento de produtos perecíveis e não perecíveis, controle dos fatores ambientais durante o armazenamento, cuidados especiais para o transporte e distribuição dos produtos, manejo e segurança dos alimentos e legislação na comercialização dos produtos. Desenvolvimento rural sustentável. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Abordagem sistêmica. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – FÍSICA DO SOLO

O SOLO: descrição do sistema polifásico, heterogêneo e disperso, fração sólida do solo, textura do solo, distribuição do tamanho de partículas (análise granulométrica), propriedades da superfície das argilas, grau de floculação, identificação dos horizontes diagnósticos, distinção entre classes de solos, descrição do perfil do solo, separação dos horizontes, relação solo – paisagem, qualidade física e manejo do solo, aptidão para uso agrícola das terras. **ARRANJAMENTO DAS PARTÍCULAS DO SOLO:** Estrutura do solo, conceito e importância. Gênese da estrutura do solo, Classificação métodos para avaliar a estrutura do solo, Estrutura do solo e desenvolvimento de plantas, Agregação e estabilidade de agregados. **CONSISTÊNCIA DO SOLO:** Conceitos, Formas de consistência, Limites de Atterberg esforços, deformações e resistência do solo, significação da consistência e dos limites de Atterberg, Descrição e métodos de análise, adesão/coesão e limites de Atterberg. **RELAÇÃO DE MASSA E DE VOLUME DOS CONSTITUINTES DO SOLO:** Densidade do solo, densidade de partículas, porosidade e tamanho de poros, conteúdo de água no solo, compactação, adensamento e espaço aéreo do solo. **ÁGUA NO SOLO:** Continuum solo-planta-atmosfera, energia e potencial de água do solo, infiltração e drenagem de água, ascensão capilar, condutividade hidráulica e fluxo de água em solo saturado e não saturado, disponibilidade de água às plantas e armazenamento de água, quantificação do conteúdo de água, da capacidade de infiltração e da condutividade hidráulica, Propriedades da água: interface sólido-líquido, Estado energético, potencial da água no solo, Curva de desorção e sorção, fenômeno de histerese, Movimento de água no solo, forças, fluxo, permeabilidade e infiltração. **QUÍMICA E FÍSICO-QUÍMICA DO SOLO:** Propriedades dos colóides orgânicos e inorgânicos, cargas elétricas do solo, salinidade e alcalinidade. Desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – SOCIOECONOMIA

Economia Brasileira. Fundamentos de Gestão. Plano de Negócios. Avaliação e Elaboração de Projetos Agroindustriais. A importância do agronegócio na economia brasileira e capixaba. Análise financeira e econômica de projetos. Efeitos distributivos de tecnologias, processos e sistemas produtivos entre grupos sociais. Impactos culturais e sociais do desenvolvimento tecnológico. Fatores sociais que facilitam ou dificultam o processo de adoção e adaptação de novas tecnologias. Avaliação do impacto das tecnologias na qualidade de vida e nas oportunidades de ascensão social de diferentes estratos e grupos sociais. Economia rural. Economia agrícola. Administração rural. Econometria, macro e microeconomia. Eficiência de cadeias produtivas. Eficiência da produção. Estatística econômica, estatística aplicada às ciências sociais. Planejamento agrícola. Custos e síntese de produção agropecuária. Elaboração de projetos agropecuários. Metodologia científica. Desenvolvimento agrícola sustentável. Impactos ambientais da agricultura. Medidas de desenvolvimento econômico. Barreiras à adoção de tecnologias agrícolas sustentáveis. Características dos estabelecimentos agropecuários. O setor rural no contexto econômico. Políticas agrícolas e ambientais. A modernização da agricultura brasileira e seus principais impactos. Estudo de cadeias de produção agroindustrial. Comercialização de produtos agrícolas. Mercado agrícola. Canais de comercialização; variações de preços; custos de comercialização. Impactos ambientais, econômicos e sociais da expansão agropecuária. Metodologia de Pesquisa. Desenvolvimento rural sustentável. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Abordagem sistêmica. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – SILVICULTURA/ MANEJO FLORESTAL/ SAF

Manejo sustentável de sistemas de produção para florestas plantadas e nativas visando ao aumento da produtividade, melhoria da qualidade da madeira, aumento da eficiência e a redução dos custos de exploração florestal, transporte e processamento das matérias primas florestais. Técnicas silviculturais para propagação, regeneração, crescimento e produtividade volumétrica de espécies nativas e exóticas em diferentes sistemas de produção florestal. Sistemas integrados de produção de alimentos, madeira e outros produtos florestais. Desenvolvimento rural sustentável. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Abordagem sistêmica. Teorias e conceitos de agricultura familiar.

Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretária de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – RECURSOS NATURAIS (MANEJO)

SISTEMAS AMBIENTAIS: Fluxos de energia e massa na biosfera; O sistema atmosférico; O sistema terrestre; O sistema aquático; O ecossistema; Alterações nos sistemas; Modelagem dos sistemas ambientais. **GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS:** Conceitos e princípios da Gestão de Recursos Naturais. Desenvolvimento sustentável. Aspectos legais. Aspectos institucionais. Sistemas de gestão dos recursos naturais: minerais, hídricos, energéticos, do solo e dos vegetais. Instrumentos de gestão: regulatórios, econômicos, técnicos e educacionais. Métodos de apoio à gestão de naturais: análise custo-benefício, análise multicriterial, análise de conflitos. Sistemas de apoio à decisão. **ECOFISIOLOGIA VEGETAL:** Princípios básicos de fisiologia nas relações hídricas em nível celular e na planta: propriedades físicas e funções da água, célula vegetal, absorção e transporte da água na planta, absorção e translocação de íons, transpiração, fotossíntese e respiração. Análise quantitativa e qualitativa do crescimento e do desenvolvimento das principais culturas sob condições de irrigação. Estresse hídrico e estresse salino das plantas. **ECONOMIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:** A abordagem econômica do meio ambiente: recursos escassos, recursos não renováveis e custos ambientais; as teorias do crescimento econômico; o crescimento econômico e os impactos ambientais; desenvolvimento sustentável; externalidades: o teorema de Coase e suas críticas; soluções econômicas para os problemas ambientais. **USO EFICIENTE DA ÁGUA:** A natureza das águas; Gestão integrada do uso da água; Uso eficiente da água: um enfoque multidimensional; Princípios do uso eficiente da água; Uso eficiente da água em cidades; Uso eficiente da água em indústrias; Uso eficiente da água na agricultura; Implicações nas Políticas Públicas; Aspectos institucionais e legais; Estudos de casos. **RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS:** Conceitos de degradação e recuperação ambiental; Causas da degradação do solo; Tipos de degradação; Critérios para avaliação da degradação do solo; Erosão do solo; Efeitos da degradação na produtividade do solo; Qualidade do solo; Bioindicadores de degradação do solo; Bioremediação de solos contaminados; Matéria orgânica do solo; Recuperação de áreas degradadas em processo de desertificação; Técnicas de recuperação de áreas degradadas empregadas por diversas áreas de especialização (ciências agrárias, biológicas, humanas e geociências). Desenvolvimento rural sustentável. Política Nacional de Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). Lei 12.188/2010 (Lei de Ater). Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Abordagem sistêmica. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – MELHORAMENTO GENÉTICO PLANTAS

Genética básica e aplicada. Genética de populações. Genética quantitativa. Análise de dados avançados. Amostragem, regressão, delineamentos experimentais e análise de ensaios experimentais. Modelos biométricos e análises multivariadas no melhoramento de plantas. Evolução e domesticação de espécies. Princípios de conservação, manejo e uso de recursos genéticos. Princípios de melhoramento genético vegetal. Métodos e técnicas de melhoramento de espécies alógamas. Métodos e técnicas de melhoramento de espécies autógamas. Métodos e técnicas de melhoramento de espécies assexuadas. Base genética de marcadores moleculares. Uso de ferramentas de biologia molecular e outras técnicas biotecnológicas no melhoramento de plantas. Seleção assistida por marcadores moleculares. Genotipagem e construção de mapas genéticos. Conceito de gene na era genômica. Regulação da expressão gênica. Métodos e conceitos de transformação genética de plantas. Valoração da Biodiversidade. Biossegurança. Transferência de tecnologias relacionadas ao programa de melhoramento genético. Desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – ESTATÍSTICA E MÉTODOS QUANTITATIVOS EM P&D

Distribuições de variáveis aleatórias: Variáveis aleatórias discretas; Distribuição binomial; Distribuição de Poisson; Variável aleatória contínua: distribuição normal. **Estatística descritiva:** Medidas de posição ou de tendência central; Média; Mediana; Moda; Medidas de dispersão ou de variabilidade; Amplitude total; Variância; Desvio-padrão; Coeficiente de variação; Erro-padrão da média; **Planejamento de experimentos e delineamentos experimentais:** Unidades experimentais; Princípios básicos da experimentação; Repetição; Casualização; Controle local; Delineamentos experimentais; Delineamento inteiramente casualizado; Delineamento em blocos casualizados; Delineamento em quadrado latino; Experimentos fatoriais; Experimentos em parcelas subdivididas; Modelos matemáticos; Modelo tipo I ou fixo; Modelo tipo II ou aleatório; Modelo tipo III ou misto. **Análise de variância (ANOVA):** Pressuposições de uma ANOVA; Aditividade dos efeitos do modelo estatístico; Independência dos erros; Homogeneidade das variâncias (homocedasticidade); Normalidade dos erros; Uso de transformação de dados; Raiz quadrada; Logarítmica; Arcoseno ou angular. **Testes de significância:** Teste de qui-quadrado; Teste F para a ANOVA; Teste para comparações múltiplas; Teste t de Student; Teste de Tukey; Teste de Duncan; Teste de Student-Newman-Keuls; Teste de Scheffé; Teste de Scott-Snott. **Correlação e regressão:** Coeficiente de correlação amostral; Regressão linear simples e múltipla; Ajuste do modelo de regressão. **Interpretação da ANOVA, dos testes de significância, da correlação e da regressão. Análises biométricas utilizando procedimentos multivariados.** Desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretária de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – SISTEMA GEOGRÁFICO DE INFORMAÇÕES – GIS

Cartografia básica: Conceitos; Representação da Terra no plano; Sistemas de coordenadas; Projeções cartográficas; Projeção UTM; Cartografia temática; Leitura de cartas e mapas. **Construção de cartas:** plano geral de construção de cartas; Coleta de dados; Concepção e projetos de cartas; Arquivamento de cartas. **Fotogrametria:** Conceitos; Noções de técnica fotogramétrica; Erros na fotogrametria; Aerotriangulação; Ortofotocartas; Cobertura aerofotogramétrica. **Geodésia:** conceitos; Modelos terrestres; Geometria do elipsoide; Sistemas de referência; Datum; Transporte de coordenadas; Determinação do elipsoide. Sistema de coordenadas: Córrego Alegre, SAD 69, WGS 84, SIRGAS 2000. **Posicionamento por satélite:** Conceitos sobre a teoria GPS/GNSS. Características gerais. Cálculo das coordenadas do receptor. DOP. Métodos de posicionamento: absoluto, diferencial e RTK. Fontes de erros. Tipos de receptores: características e aplicações. **Geoprocessamento:** Aquisição de dados espaciais; Qualidade de dados e dos mapas digitais; Dados e informações geográficas; Principais sistemas em geoprocessamento: SIG, CAD, CAE. Diferenças SIG x CAD. Formato de dados cartográficos: vetor e raster; Análise espacial em ambiente vetorial e raster; Criação de modelos digitais de elevação; Cálculo de declividade, aspecto e perfis. **Sistemas de informação geográfica:** Conceituação, requisitos e funcionalidades; Conceitos fundamentais de topologia; Relacionamentos topológicos em ambiente SIG: banco de dados e banco de dados geográficos. Armazenamento de informações geoespaciais em ambiente de dados relacional e orientado a objeto (conceitos fundamentais: classes, subclasses, instâncias); Conhecimentos sobre interoperabilidade entre sistemas de informações geográficas; Metadados geográficos. Serviços web de mapas; Desenvolvimento de aplicativos em ambiente de produção cartográfica (software proprietário, livre e free). **Processamento de imagens:** Conceitos: formatos, estatística e descrição da imagem; Características;

Tipos de imagem e imageamento; Fundamentos matemáticos e estatísticos do processamento digital; Reconhecimento de padrões e análise de imagens. **Sensoriamento remoto:** Conceitos; Princípios gerais: princípios físicos, níveis de aquisição de dados; Comportamento espectral de alvos; Métodos de extração de informações; Principais sistemas sensores e produtos; Fundamentos de interpretação: interpretação visual e tratamento digital. Desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – CLIMATOLOGIA/ METEOROLOGIA

Meteorologia Sinótica: Massas de Ar – Classificação e Origem, Cristas e Anticiclones, Cavados e Ciclones, Mapas de Superfície, Mapas de Ar Superior, Correntes de Jato, Ondas Curtas, Análise dos Campos Meteorológicos, Análise de Linha de Corrente e Configurações, Análise e Configuração de Campos Numéricos para Previsão de Tempo e Sistemas Frontais na Carta de superfície. **Meteorologia Dinâmica:** Sistemas Meteorológicos que Atuam no Nordeste, no Brasil e na América do Sul, Ondas de Gravidade, Ondas de Rossby, Equação de Vorticidade, Equação do Movimento Vertical (Omega), Força de Coriolis, Vento Geostrofico, Ventos Alísios, Vento Gradiente, Camada Limite, Turbulência de Ar Claro, Shear Vertical do Vento, Tropopausa, Convergência e Divergência, Movimento Convectivo e Advectivo, Geopotencial e Espessura do Geopotencial, Vórtices Ciclônicos, Cavados, Cristas e Anticiclones. **Termodinâmica:** Diagrama Termodinâmico, Estabilidade Atmosférica, Gradiente Vertical de Temperatura, Turbulência Atmosférica, Inversão de Temperatura, Inversão de Turbulência, Inversão de Subsidência, Inversões Frontais, Índices de Estabilidade: Totais (CT, VT e TT) , K, Showalter (IS), Sanson, Nível de Congelamento, Temperatura Convectiva, Pressão de Vapor do Ar Úmido, Pressão de Vapor Saturante do Ar Úmido, Calor Latente, Processo Isobárico, Processo Adiabático, Umidade Relativa, Umidade Específica. **Fenômenos Regionais e Locais:** Brisa Marítima, Brisa Terrestre, Brisa de Montanha, Convecção, Linhas de Cumulonimbus (Linha de Instabilidade), Células de Cumulonimbus, Tempestades Tropicais, Trovoadas e Turbulência Mecânica. **Fenômenos Meteorológicos:** Alta da Bolívia, Frentes Frias e Frontogêneses, Frentes Oclusas, Ciclones e Vórtices Cicônicos de Altitude Superior (VCAS), Distúrbios ondulatórios de Leste, Zona de Convergência Intertropical – ZCIT, Zona de Convergência do Atlântico Sul – ZCAS. **Sistemas Meteorológicos de Mesoescala que atuam no Brasil. Agrometeorologia:** Instrumentação Agrometeorológica, Relações Água-Solo-Planta- Atmosfera. Zoneamento Agroclimático, Balanço Hídrico Climatológico, Radiação Solar, Balanço de Energia, Fluxo Energético do Solo, Fluxo de calor sensível, Evapotranspiração, Evapotranspiração potencial, Geada e Classificação Climática. **Clima:** Fenômenos El Niño/La Niña e suas Influências no Brasil, Índice de Oscilação Sul, Balanço Hídrico, Previsão Numérica do Tempo, Previsão Climática, Variabilidade Climática e Oscilação de Madden Julian. Variabilidade e Mudanças Climáticas, Camada Limite Planetária, Micrometeorologia, Poluição do Ar, Microfísica de Nuvens e Radar. Desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PESQUISA) – RECURSOS HÍDRICOS

Planejamento, condução, interpretação e comunicação de trabalhos de pesquisa, visando ao estudo do ciclo hidrológico e sua interação com o meio agrícola. Caracterização de microbacias, estudos de precipitações, da infiltração, do escoamento superficial, vazões mínimas e máximas. Determinar recursos hídricos disponíveis e demanda, de represamento da água, barragens, reservatórios, dimensionamento de estruturas hidráulicas de controle. Suporte técnico aos projetos que demandem o uso de água. Regionalização de vazão; modelagem hidrológica. Métodos e sistemas de irrigação; planejamento e dimensionamento de sistema de irrigação. Necessidade hídrica das culturas. Qualidade de água para agricultura. Desenvolvimento rural sustentável. Políticas públicas (nacional e estadual) de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Teorias e conceitos de agricultura familiar. Conhecimentos acerca dos planos e programas do governo do Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

ANEXO II
CONCURSO EDITAL Nº 01/2011
FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE TÍTULOS

ATENÇÃO: Os documentos relativos aos Títulos deverão ser entregues, **EXCLUSIVAMENTE**, no dia da aplicação da Prova Objetiva, somente APÓS O FECHAMENTO DOS PORTÕES e ANTES DO INÍCIO DAS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA e, após referido momento, não serão aceitos quaisquer documentos, sob qualquer hipótese.

(VERIFICAR DEMAIS ITENS ESTABELECIDOS NO CAPÍTULO X – DA PROVA DE TÍTULOS)

Nome do Candidato: _____

Número de Inscrição no Concurso Público: _____

Número do Documento de Identidade: _____

Nome da Formação/Função Escolhida: _____

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

Nº de Ordem	Tipo de Título Entregue	Para uso do Instituto Cetro (não preencher)			
		Validação		Pontuação	Anotações
1		Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>

2		Sim			Não		
3		Sim			Não		
Observações Gerais:		Pontuação					
		Revisado por					

Declaro que os documentos apresentados para serem avaliados na Prova de Títulos correspondem à minha formação acadêmica.

Declaro, ainda, que ao encaminhar a documentação listada na relação acima, para avaliação da Prova de Títulos, estou ciente de que assumo todos os efeitos previstos no Edital do Concurso Público, quanto à plena autenticidade e validade dos Títulos apresentados, inclusive no tocante às sanções e efeitos legais.

_____, ____ de _____ de 2011.

Assinatura do Candidato: _____

Observação: Este formulário deverá ser impresso e anexado aos documentos de Títulos)

ANEXO III CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

CRITÉRIOS	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA	PONTOS
Norma-padrão	Norma-padrão: o candidato deverá demonstrar domínio da norma-padrão da Língua Portuguesa. O candidato não deverá apresentar erros no que tange à ortografia, acentuação, pontuação, às regências verbal e nominal, às concordâncias verbal e nominal, entre outros. Vícios de linguagem também serão considerados.	3
Coesão e coerência	Coesão e Coerência: o candidato deverá selecionar argumentos e organizá-los, articulando as partes do texto e utilizando os recursos coesivos adequadamente. A clareza e a organicidade do texto também são quesitos importantes a serem levados em consideração.	2
Tema e texto	Tema e texto: o texto produzido deverá obedecer à proposta quanto ao tipo dissertativo e quanto ao tema proposto.	1
Técnica	Domínio do tema: o candidato deverá apresentar proposta de intervenção bem articulada à argumentação desenvolvida em seu texto, bem como total domínio em relação ao tema proposto.	14
TOTAL		20

ANEXO IV
QUANTITATIVO DE PROVAS DISCURSIVAS A SEREM CORRIGIDAS POR FORMAÇÃO/FUNÇÃO

FORMAÇÃO/FUNÇÃO	QUANTIDADE DE PROVAS
Advogado	40
Administrador	150
Assistente Social	20
Bibliotecário	40
Comunicação Social (Jornalismo)	80
Contador	40
Desenho Industrial	40
Informática em Administração de Banco de Dados	20
Informática em Infra-estrutura	40
Informática em Sistemas	40
Planejamento	40
Revisor de texto com habilitação em Português / Inglês	20
Engenheiro Agrônomo	260
Engenheiro Florestal	120
Engenheiro de Alimentos	40
Economista Doméstico	120
Engenheiro de Pesca	60
Zootecnia/Pecuária	40
Zootecnia/Aquicultura	60
Fitopatologia	20
Zootecnia	40
Cultura de Tecidos/Biotecnologia	20
Entomologia	20
Fitotecnia (Manejo Olerícolas)	40
Fitotecnia (Manejo Fruteiras)	20
Fitotecnia Geral	20
Física do solo	20
Socio-Economia	40
Silvicultura/Manejo Florestal/SAF	80
Recursos Naturais (Manejo)	40
Melhoramento Genético Plantas	20
Estatística e Métodos Quantitativos em P&D	20
Sistema Geográfico de Informações – GIS	40
Climatologia/Meteorologia	40
Recursos Hídricos	40
Técnico em Agropecuária	210

**ANEXO V
CRONOGRAMA (DATAS PROVÁVEIS)**

<i>DATAS PROVÁVEIS</i>	<i>EVENTOS</i>
03/10/11	Publicação do Edital de Abertura de Inscrição, no jornal e no site do Instituto Cetro.
17/10 a 04/11/11	Período de Inscrição via Internet.
17 a 21/10/11	Período de entrega dos documentos para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição.
31/10/11	Divulgação do resultado da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição.
01 a 04/11/11	Período de Inscrição para os candidatos isentos do pagamento da taxa de inscrição (pedidos deferidos) e para os candidatos que tiveram o pedido de isenção indeferido.
07/11/11	Vencimento do Boleto da Taxa de Inscrição para todos os candidatos.
16/11/11	Consulta da inscrição efetuada, no site do Instituto Cetro, pelo candidato.
25/11/11	Publicação do Edital de Convocação, para realização das Provas Objetivas, Discursivas e Entrega de Títulos, no site do Instituto Cetro.
04/12/11	Aplicação das Provas Objetivas, Discursivas e Entrega dos Títulos.
06/12/11	Divulgação dos gabaritos, no site do Instituto Cetro.
07 a 08/12/11	Prazo recursal referente a publicação dos Gabaritos.
27/12/11	Divulgação do Resultado Provisório, no site do Instituto Cetro, contendo as notas da Prova Objetiva, Discursivas e da Avaliação de Títulos.
28 e 29/12/11	Prazo recursal referente à divulgação do Resultado Provisório, contendo as notas da Prova Objetiva, Discursivas e da Avaliação de Títulos.
18/01/12	Divulgação do Resultado Final do Concurso Público

As informações decorrentes de todas as fases do Concurso, incluindo datas e resultados, poderão ser obtidas via Internet através do endereço www.institutocetro.org.br.

REALIZAÇÃO:



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA – VENDA PROIBIDA